

Pé de goiaba era pinto perto desse aí

Beatles e Elvis eram

comunistas, assegura

presidente da Funarte

I
REAL
BRASIL

**Nas bancas
toda quarta
e sexta-feira**

**HORA
DO POVO**

ANO XXX - Nº 3.737 11 e 12 de Dezembro de 2019



Dante Mantovani foi posto para presidir a Fundação Nacional de Artes - Funarte

E mais: KGB usou CIA para pôr drogas em Woodstock, induzir a sexo e satanismo

show de grotesco do governo Bolsonaro não acabou. O nomeado para presidir a Funarte, o youtuber Dante Mantovani, diz em vídeos coisas como Os Beatles "precisavam destruir as famílias americanas porque elas eram a sustentação do capitalismo", pois estavam a serviço da implantação do comunismo. E tem mais estupidez: "o rock ativa as drogas, que ativam o sexo livre, que ativa a indústria do aborto, que ativa o satanismo. O próprio John Lennon disse abertamente, mais de uma vez, que ele fez um pacto com o diabo, com o satanás para ter fama, sucesso". **Página 3**



Bolsonaro conspira diariamente contra a democracia, diz senador Randolfe

"Jair Bolsonaro representa claramente uma ameaça à democracia", afirmou o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), na terça-feira (03), em entrevista a Marco Antônio Villa. "Primeiramente por ele mesmo. Ele é alguém que tem uma formação, por notórias razões, avessa à cultura democrática", acrescentou o parlamentar. "Quando assistimos declarações recentes de personagens do governo, de filho de presidente, de Ministro da Economia, favoráveis à volta do AI-5 aos atos de exceção, o Congresso Nacional tem que reagir com mais força em relação a isso", defendeu. **P. 4**

80% da população não confia em Bolsonaro, diz Datafolha

A pesquisa Datafolha, divulgada no domingo (08), revela que apenas 19% da população ainda confia totalmente em Jair Bolsonaro. Os 80% restantes, ou seja, a esmagadora maioria dos brasileiros, ou desconfiam totalmente (43%), ou desconfiam na maior parte das vezes (37%) das declarações feitas por ele. O nível de otimismo com a atuação do governo é o mais baixo desde que Bolsonaro chegou ao poder. No início do ano, 59% achavam que ele faria um governo merecedor de aprovação. Agora esta expectativa positiva caiu para 43%. Numa escala que vai de 0 a 10, a nota média atribuída pelos entrevistados a Bolsonaro foi 5,1, a mesma de agosto. **P. 6**



Miss Universo condena racismo e se orgulha de ser negra e africana

"É uma honra absoluta representar, como negra e africana, a inclusão e a diversidade", afirmou a sul-africana Zozibini Tunzi, coroada Miss Universo ao vencer 88 concorrentes no domingo. **Página 6**

Eduardo Moreira: "reformas e privatizações colocam o país no caminho da terra arrasada"

O economista Eduardo Moreira afirmou que as reformas trabalhista e previdenciária são para rebaixar salários e não para desenvolver o país, deixando "um rastro de destruição". **P. 2**

Alvo da galhofa de líderes da Otan, Trump volta para casa mais cedo

Uma zombaria sobre ele, flagrada por uma câmera de tevê durante a recepção no Palácio de Buckingham aos líderes da Otan, aparentemente irritou tanto o presidente dos EUA, Donald Trump, que ele decidiu cancelar a conferência de imprensa prevista para depois do gran finale da cúpula pelos 70 anos, que decidiu voltar mais cedo para Washington. "Quando as reuniões de hoje terminarem, voltarei a Washington", disse Trump, em seu twitter. **Página 7**

Salles se reúne com grileiros e suspende fiscalização ambiental

Uma reunião realizada em Brasília entre o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, juntamente a cinco infratores ambientais, no dia 6 de novembro, teve como consequência a suspensão pelo governo federal da fiscalização dentro da Reserva Extrativista (Resex) Chico Mendes. Presente inclusive o autor de ameaça de morte a funcionário do ICMbio. **Pág. 4**



França faz nova greve geral contra ataque à Previdência

As centrais sindicais francesas convocaram os trabalhadores a nova paralisação nacional para terça-feira, dia 10, contra o ataque à Previdência francesa. Pela proposta de Macron, as novas aposentadorias iriam ser rebaixadas em torno de 30%, através da piora no sistema de cálculo. É a segunda greve geral em uma semana. **Página 6**

MP do Rio volta a investigar crimes de Flávio Bolsonaro

PIB de 0,6% do terceiro trimestre decepciona arautos da recuperação

Propaganda de Bolsonaro falava em crescimento de 2,5% do PIB em 2019. Será próximo de 1%

O resultado do Produto Interno Bruto (PIB) – soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos no país -, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta terça-feira (3/12), confirma que a economia brasileira continua estagnada, com um primeiro trimestre em 0,0% (revisado, antes -0,1%) e o segundo e terceiro trimestres com taxas próximas de zero, 0,5% (revisado, antes 0,4%) e 0,6%, respectivamente, em relação aos trimestres anteriores.

Um resultado de 1% no acumulado do ano até setembro de 2019, e de 1,2% no terceiro trimestre deste ano em comparação com o terceiro trimestre de 2018. Ambos abaixo de 1,3% (revisado) verificado em 2018 e bem abaixo dos 2,5% prometidos pelo governo Bolsonaro/Guedes, no início do governo.

Com uma economia completamente à mercê dos desatinos de Bolsonaro e Guedes, a falácia alardeada de que estaria havendo uma recuperação econômica é desmascarada pelos próprios números oficiais do governo.

Como destacou o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), “Do lado da oferta, apenas a agropecuária conseguiu crescer em 2019 até o 3º trimestre (+1,4%) comparado a igual período do ano passado (+0,6%). Serviços desacelerou (de +1,6% para +1,1%) e a indústria está praticamente estagnada no presente ano: +0,1%”.

Na comparação com o trimestre anterior, a indústria geral cresceu 0,8%, enquanto a indústria de transformação caiu -1,0%, a construção cresceu 1,3% e a indústria extrativa 12%, puxada pela extração de petróleo.

“O ramo da indústria de transformação, que ao produzir bens mais complexos e intensos em tecnologia estabelece grande número de vínculos com outras atividades econômicas, voltou a ficar no vermelho no 3º trim/19, sob qualquer ângulo que se possa analisar. Caiu -1,0% ante o 2º trim/19, com ajuste sazonal; -0,5% frente ao 3º trim/18; -0,2% no acumulado dos três primeiros trimestres de 2019 e -0,5% nos últimos doze meses. Deste modo, ficou ainda mais longe (15,7% abaixo) do seu pico histórico, obtido no 3º trim/08”, completou o Iedi.

Financial Times coloca em dúvida dados do PIB brasileiro

O jornal britânico Financial Times, em reportagem com o título “Falha nos dados econômicos brasileiros desperta preocupações entre analistas”, levanta dúvidas sobre o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, do terceiro trimestre, divulgado na terça-feira (3/11).

Segundo a reportagem, a revisão no resultado das exportações feitas pelo Ministério da Economia por causa de um erro na transmissão dos dados não foi incorporada no resultado PIB, com isso, o resultado do crescimento de 0,6% anunciado no terceiro trimestre pode ser revisado pelo IBGE.

Na quinta-feira (28/11), a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia revisou para cima as exportações acumuladas até a quarta semana de novembro, que teriam contabilizado US\$ 13,5 bilhões. Na semana anterior, as vendas para o exterior teriam somado US\$ 9,7 bilhões.

Segundo o Ministério da Economia, os dados do terceiro trimestre inteiro foram subnotificados por falhas no registro de declarações, e serão corrigidos para cima. Porém, segundo a reportagem, se comparado com o estoques altíssimos de produtos nas empresas, informação também disponível no relatório da Secex, haveria uma “incongruência”.

O jornal afirma que os novos dados apresentados contribuiriam para a valorização do real nos pregos subsequentes à divulgação, o que teria impactado também na divulgação do PIB, de crescimento de 0,6% do segundo para o terceiro trimestre.

Conforme matéria assina-

“A indústria geral (+0,8% no 3º trim/19) só não tem se saído pior devido aos ramos extrativo e da construção, que vem reagindo recentemente muito em função de suas atividades habitacionais nos grandes centros urbanos”.

“O setor de serviços, por sua vez, praticamente andou de lado, restringido pela evolução do segmento de transportes (-0,1% ante 2º trim/19, com ajuste), fortemente influenciado pelo retrocesso da indústria, pelo segmento de outros serviços (+0,1%), que reúne um conjunto variado de atividades, e pelos serviços de administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (-0,6%)”.

“Pela ótica da demanda, o crescimento do 3º trim/19 teve duas origens: consumo das famílias e investimentos. O consumo do governo, refletindo as políticas de redução de gasto público, e o setor externo, devido sobretudo ao declínio de nossas exportações, jogaram contra a recuperação econômica mais uma vez”, diz o Iedi.

A queda de -0,4% no consumo do governo no terceiro trimestre, segundo Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, é explicado pelo arrocho fiscal e o teto de gastos públicos. “Essas despesas, que pesam 20% do PIB pela ótica da demanda, caem com as restrições orçamentárias nos três níveis de governo e puxam o resultado para baixo”.

A formação bruta de capital físico (FBCF), os investimentos em máquinas, equipamentos, construção civil e pesquisa, no terceiro trimestre de 2019, ficou em 16,3% do PIB, a mesma observada no mesmo período do ano anterior (16,3%). Não há aumento dos investimentos.

A pequena melhora verificada no consumo das famílias, de 0,8% no terceiro trimestre de 2019, em relação ao trimestre anterior, na avaliação dos empresários, deve-se a uma maior oferta de crédito às famílias e à liberação dos recursos do FGTS, um recurso pontual, que não se repete a cada mês.

Quanto ao crédito às famílias, com as altas taxas de juros e o aumento do trabalho precário e da queda na renda, tende a diminuir e elevar a já alta taxa de inadimplência das famílias brasileiras. Resultando na queda nas vendas e na produção.

Em valores correntes, o PIB no terceiro trimestre de 2019 totalizou R\$ 1,84 trilhões.



Ministro da Economia, Paulo Guedes: prioridade do governo é desmontar o estado

Para chicao-boy Paulo Guedes, matar Eletrobrás “é uma questão de tempo”

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou na sexta-feira (06), em evento sobre saneamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que a Eletrobrás “está condenada à morte”. “É só uma questão de tempo. Vai desaparecer ou virar uma corporação”, disse o ministro, que ajudou o ditador Augusto Pinochet, do Chile, a destruir a economia daquele país, e agora quer fazer o mesmo com o Brasil.

O que Guedes diz que está morta, ou seja, que ele pretende matar, entregando-a às multinacionais, é a maior empresa de energia elétrica do Brasil e da América Latina, sendo responsável por 31% da geração e 47% da transmissão de energia e 52% da água armazenada nos reservatórios brasileiros.

Atualmente a Eletrobrás é estruturada na forma jurídica de empresa de capital misto e dispõe de ações negociadas na bolsa de valores, tendo como acionista principal o Estado (detém 51% das ações ordinárias com direito a voto). A BNDESPar, subsidiária integral do BNDES, possui 12% das ações e o BNDES, propriamente, dispõe de cerca de 6%.

O pretexto do ministro de Bolsonaro para profetizar a destruição do sistema Eletrobrás seria uma suposta falta de recursos para investimentos. Segundo ele, a estatal possui capacidade máxima para investir de R\$ 3,5 bilhões e precisa ao menos de R\$ 16,5 bilhões “para manter a fiação de mercado”.

O professor Luis Pinguelli Rosa, da Coppe/UFRJ, e ex-diretor da Eletrobrás, contesta a afirmação de Guedes. “Isso é uma imbecilidade”, declarou, sobre as afirmações de que a privatização da Eletrobrás é justificada como uma necessidade para a eficiência econômica. “Se vocês pegarem a performance da Eletrobrás no presente, ela deu um resultado positivo, em 2018, na ordem de 16 bilhões de reais, aproximadamente. No primeiro trimestre de 2019 já alcança mais do que a metade disso, então, o resultado positivo tende a ser melhor”, afirmou.

O professor Ildo Sauer, do Instituto de Energia da USP e ex-diretor de Energia da Petrobrás, ressalta que “nenhum país do mundo, usando sistema hidráulico de usinas, as privatizou”. Na China, detentora da maior produção, o sistema é completamente estatal. “Nos Estados Unidos, a meca do capitalismo, são mantidas sob o controle público, por meio da Tennessee Valley Authority (uma corporação de propriedade federal)”, exemplifica. “Lá, com a quebra da Bolsa em 29, o investimento massivo em infraestrutura resgatou o sudeste norte-americano da miséria. No norte da Europa, Suécia, Noruega e Dinamarca administram o Consórcio Multinacional de Controle dos Rios”, informou.

“Esse modismo de que tudo que é privado é bom, e tudo que é estatal é ruim, é um grande equívoco que tem trazido consequências”, argumenta o ex-diretor da Petrobrás. Conforme a avaliação dele, a geração hidrelétrica da Eletrobrás custa de R\$ 8 a R\$ 12 por megawatt hora. As novas usinas, que ainda não tiveram as despesas de sua infraestrutura saldadas, produzem a mesma ordem por cerca de R\$ 200 a R\$ 300. “Uma vez privatizadas essas usinas, se fará como se fez em todos os lugares. O preço aumentará”, prevê Sauer. Essa será uma das consequências da “destruição” da Eletrobrás por Guedes.

“As tarifas públicas de energia no Brasil poderiam ser as mais baratas do mundo e estão entre as mais caras”, reclama o professor. No setor, há poucos empreendedores atuantes em razão da alta demanda de investimento. Assim, o especialista aponta a formação de lobbies com o intuito deles se beneficiarem dos recursos públicos. “A Eletrobrás foi objeto de saqueio no governo de Dilma Rousseff, por meio da medida provisória 579 de 2012”, recorda. “As subsidiárias da estatal, Eletrosul, Eletronorte, Furnas, entre outras, foram obrigadas a vender energia por um preço abaixo do custo de operação e manutenção, mais impostos, acarretando prejuízo”, apontou. “O intuito era contrabalançar o elevado preço da energia comprada de maneira equivocada em leilões de energia térmica, que nem deveriam ter existido”, conta Sauer.

Para o professor, mesmo com todos os problemas e toda a sabotagem neoliberal ao funcionamento da Eletrobrás, ela hoje voltou a ser lucrativa e pode usar os lucros obtidos nas operações de geração e venda de energia para garantir os investimentos necessários, bem como abastecer fundos de investimentos sociais. “A produção de energia elétrica renderia em torno de 5,6,7 bilhões de dólares por ano. Esse dinheiro deveria ir para financiar a educação pública, nossa grande carência ao lado da saúde”, defendeu.

A perda do controle acionário do Estado, que é o caminho escolhido por Guedes e Bolsonaro para desnacionalizar a Eletrobrás, significará que todo esse recurso obtido com os lucros da Eletrobrás será transferido para as matrizes das empresas estrangeiras que se beneficiarem das privatizações do governo.

Reproduzimos aqui um pequeno histórico do significado do que Paulo Guedes e Jair Bolsonaro estão destruindo. Esse histórico foi feito pelo professor Ildo Sauer, em entrevista ao HP, em setembro deste ano, onde ele mostra o que representam e representa a Eletrobrás para o desenvolvimento do Brasil.

“Desde as grandes mudanças na produção urbana e industrial, que se seguiu

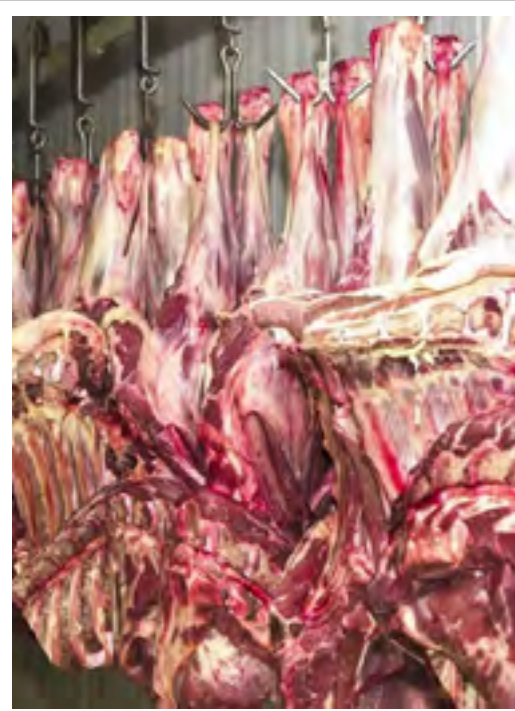


Foto: Marcello Casal Jr

Foto: Marcos Corrêa-PR

Inflação acelera em novembro puxada pela carne e conta de luz

Empurrada pelo preço da carne, da energia elétrica e dos combustíveis, a inflação oficial do país acelerou 0,51% em novembro. A variação dos preços é medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) e foi divulgada nesta sexta-feira (06) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado foi o maior para o mês desde 2015 e também é o mais alto registrado desde abril. O alto nível de desemprego e informalidade restringiram gravemente o consumo nos meses seguintes e o país chegou a registrar deflação em setembro. Agora a inflação – para qual o discurso do governo é de controle absoluto – disparou em função do descontrole da exportação de carnes para a China, o dólar alto, o aumento do preço da energia elétrica e a política de preços internacionais do petróleo.

Carnes

A alta no mês foi puxada pela aceleração dos preços do grupo alimentação e bebidas (0,72%), impactado principalmente pelo aumento do preço das carnes (8,09%), que exerceram o maior impacto na taxa de inflação do mês. O item representou, sozinho, 0,22 ponto percentual – quase metade – do IPCA de novembro. A demanda de carnes da China aliada a ausência de uma estratégia de regulação de estoques para o consumo interno estourou em uma verdadeira crise de preços. No acumulado no ano, a alta no preço das carnes chega a 12,15%. Em 12 meses, o avanço é de 14,43% – quatro vezes acima da inflação oficial do país.

O item alimentação no domicílio, que havia registrado deflação em outubro, subiu 1,01% em novembro. Outro destaque de alta foi o custo da alimentação fora do domicílio, que subiu 0,21%.

Bandeira vermelha

O item habitação foi o segundo mais influente no IPCA (alta de 0,71%), impactado sobretudo pelo custo da energia elétrica em novembro, que aumentou 2,15%. A chamada bandeira vermelha – valor que incide sobre as contas de energia refletindo o aumento do custo de produção de energia – entrou em vigor em novembro, adicionando R\$ 4,169 a cada 100 quilowatts-hora consumidos.

Gasolina

No grupo de transportes, os preços dos combustíveis cresceram 0,78% – com aumento de 0,42% da gasolina e de 0,38% do diesel.

PRISCILA CASALE

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br



HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Pedro França/Agência Senado

Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre Congresso obriga Jair Bolsonaro a recuar de ataque aos artistas

Diante da reação da sociedade e do último dado pelos presidentes da Câmara e do Senado, Rodrigo Maia e David Alcolumbre, respectivamente, Jair Bolsonaro foi obrigado a recuar da decisão de discriminar 14 atividades profissionais retirando-as do registro de Microempreendedor Individual (MEI).

As profissões ligadas às artes seriam as mais prejudicadas pela eliminação. Milhões de artistas, produtores culturais, professores de línguas e outros profissionais, não poderiam mais ter uma representação jurídica e seriam jogados na informalidade. Uma atitude totalmente absurda, só explicada pelo ódio e preconceito do governo contra o setor cultural do país.

Os presidentes das duas Casas do Congresso deram um prazo até terça-feira (10) para que a medida fosse revogada, sob pena de, neste mesmo dia, o Senado votar um Decreto Legislativo cancelando a decisão do governo e, no dia seguinte, quarta-feira (11) a Câmara dos Deputados confirmaria o cancelamento da decisão.

A medida arbitrária do Comitê Gestor do Simples Nacional foi assinada por José Barroso Tostes Neto, secretário especial da Receita Federal, e publicada no Diário Oficial de sexta-feira (06).

“Sou contra esta resolução do Conselho Gestor do Simples Nacional. A cultura – e todos que trabalham com ela – é um patrimônio do país. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre me ligou e me avisou que vai pautar na terça o decreto legislativo”, disse o presidente da Câmara, Rodrigo Maia. No dia seguinte, nós votamos na Câmara”, acrescentou Maia.

A deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ), líder da minoria na Câmara Federal, afirmou que Jair Bolsonaro, além de promover a censura, tenta desestruturar a arte no Brasil. “Retirar profissionais deste setor do MEI é massacrar trabalhadores que constroem e promovem a cultura, o saber, a expressão artística. Retrocesso gigantesco de um inepto no poder”, afirmou o parlamentar através de suas redes sociais. Já a ex-deputada Manuela d’Ávila, também do PCdoB, chamou a medida de “ataque à cultura”.

Prevenido mais um vexame de seu governo no Congresso Nacional e sem ter como reagir, Bolsonaro foi obrigado a recuar. “Determinei que seja enviada ao Comitê Gestor do Simples Nacional a proposta de REVOGAÇÃO da resolução que aprova revisão de uma série de atividades do MEI e que resultou na exclusão de algumas atividades do regime”, afirmou ele em seu twitter.

Com a formalização, o MEI pode emitir nota fiscal e ter benefícios previdenciários, como aposentadoria por idade, licença maternidade e auxílio-doença. A contribuição ao INSS é reajustada sempre que houver o aumento do salário mínimo. O benefício previdenciário também é aumentado nesse caso. O limite de ganhos para a constituição de uma MEI é de R\$ 81 mil por ano. A medida entraria em vigor em janeiro do próximo ano.

O ataque atingia cantores e músicos independentes, DJs, VJs, humoristas ou contadores de histórias, instrutores de artes cênicas, instrutores de arte e cultura, instrutores de música, professores de línguas e até proprietários de bar com entretenimento. Todos eles seriam excluídos de qualquer desses direitos. Deixariam de ter cidadania. Eles estão entre as categorias eliminadas do MEI, conforme resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional datada da última terça (3).

Rudifran Almeida Pompeu, presidente da Cooperativa Paulista de Teatro, explica que a MEI se tornou um instrumento importante para um segmento enorme de artistas, “para que eles se formalizassem e pudessem trabalhar em muitas instituições que exigem nota fiscal”.

“Isso é um golpe para muitas artistas, um ataque furioso”, diz Pompeu afirma que muitos artistas optaram por operar como empreendedores independentes e deixaram de ser representados pelas cooperativas por causa da MEI.

Deputadas acionam PGR contra o secretário agressor de artistas

As deputadas federais Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e Benedita da Silva (PT-RJ) entram com uma representação na Procuradoria Geral da República (PGR) contra o secretário especial de Cultura, Roberto Alvim, por afrontar a Constituição e a cultura brasileira.

A representação pede que Roberto Alvim seja exonerado do cargo.

“Não dá pra aceitar alguém que desrespeita e ofende a cultura, ferindo princípios constitucionais, neste posto. Fora, Alvim!”, reivindica a deputada Jandira Feghali.

“A exoneração do Roberto Alvim é decisiva para que a cultura brasileira possa ter um alívio. Isso porque ele agride a cultura brasileira todos os dias, agride os profissionais da cultura todos os dias,

como agrediu a atriz Fernanda Montenegro, ele viola a laicidade do estado”, continua.

No documento enviado à PGR, as deputadas afirmam que em diversas ocasiões “Alvim fez promessas que contrariam os preceitos constitucionais, mais precisamente os atinentes à liberdade de expressão cultural”.

Foi o caso quando disse que trabalharia “pela preservação dos princípios, valores e conquistas da civilização judaico-cristã, contra o satânico progressismo cultural”.

O secretário disse também que “o teatro Glaucê Rocha, no centro do Rio de Janeiro, será transformado no primeiro teatro do país dedicado ao público cristão”.

Integra em www.horadopovo.com.br

Diretor da Funarte assevera que Beatles eram comunistas



Reprodução

Com Bolsonaro, 55% acham que a economia vai ficar como está ou vai piorar

Pesquisa Datafolha: 80% da população brasileira não confia em Bolsonaro

A pesquisa Datafolha, divulgada no domingo (08), revela que apenas 19% da população ainda confia totalmente em Jair Bolsonaro. Os 80% restantes, ou seja, a esmagadora maioria dos brasileiros, ou desconfiam totalmente (43%), ou desconfiam na maior parte das vezes (37%) das declarações feitas por ele. O levantamento nacional foi realizado na última quinta-feira (5) e sexta-feira (6) e ouviu 2.948 pessoas em 176 municípios em todo o país.

O nível de otimismo com a atuação do governo é o mais baixo desde que Bolsonaro chegou ao poder. No início do ano 59% achavam que ele faria um governo merecedor de aprovação. Agora esta expectativa positiva caiu para 43%. Numa escala que vai de 0 a 10, a nota média atribuída pelos entrevistados a Bolsonaro foi 5,1, a mesma de

agosto. Com essa nota ele está reprovado pela população.

A manutenção da crise econômica, que não dá sinais claros de recuperação, e as medidas tomadas pelo governo contra os direitos sociais e trabalhistas, somadas ao incentivo à violência e o desrespeito ao meio ambiente fizeram com que a taxa de reprovação ao governo, que vinha crescendo, se mantenha alta.

Ela tinha crescido de 30% para 38% nos primeiros oito meses depois da posse de Bolsonaro, agora ficou em 36%, ou seja manteve-se alta e dentro da margem de erro do instituto em relação ao levantamento anterior (agosto).

Os que acham o governo Bolsonaro ótimo ou bom permaneceu no mesmo patamar da pesquisa anterior: oscilou de 29% para 30%, também dentro da margem de erro.

Mais da metade da

população (55%) acham que a economia vai ficar como está ou vai piorar nos próximos anos. O número do que apostam numa melhora variou de 40% na pesquisa anterior para 43% na atual. O otimismo com a economia está presente mais entre os mais ricos do que nas camadas mais pobres da população.

As medidas tomadas por Bolsonaro para abafar os crimes de seu filho Flávio, sua perseguição ao Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), órgão que descobriu as movimentações milionárias na conta de Fabrício Queiroz, assessor do filho, a demissão do diretor da PF do Rio, que estava investigando as falcaturas de Flávio, fizeram cair a máscara de campanha de que Bolsonaro seria um paladino do combate à corrupção.

Integra em www.horadopovo.com.br

“Bolsonaro conspira diariamente contra a democracia”, diz Randolfe

“Jair Bolsonaro representa claramente uma ameaça à democracia”, afirmou o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), na terça-feira (03), em entrevista a Marco Antônio Villa. “Primeiramente por ele mesmo. Ele é alguém que tem uma formação, por notórias razões, avessa à cultura democrática”, acrescentou o parlamentar.

“Embora ele tenha sido conduzido eleitoralmente para vários mandatos como deputado federal e eleito legitimamente, em um momento de reação popular em relação à política, nas eleições de 2018, ele é alguém avesso à democracia e alguém que conspira diariamente contra

a democracia e contra o funcionamento das instituições, denunciou Randolfe. “O parlamento tem reagido pouco a situações como essa”, avaliou.

Para o senador, que é líder da oposição no Senado, as declarações como as de Eduardo Bolsonaro e do Ministro Paulo Guedes, defendendo a volta do AI-5, merecem ser punidas. “Quando assistimos declarações recentes de personagens do governo, de filho de presidente, de Ministro da Economia, favoráveis à volta do Ato Institucional número (AI-5) a atos de exceção, o Congresso Nacional tem que reagir com mais força em relação a isso”, defendeu o parlamentar.

“O parlamento tem

que agir para impedir isso”, enfatizou o senador da Rede. “O ministro da economia declarar que ‘vejam lá se não vai ter um novo AI-5’, não pode ficar impune. Tem que ter uma repreensão dura no mínimo. Se fosse num outro lugar que tivesse o parlamentarismo, seria um voto de desconfiança e o ministro pelo menos caía”, observou.

“Mais ainda, um deputado federal, filho do presidente da República, faz a declaração que eles utilizarão atos autoritários se o povo for para as ruas e fizer manifestações aqui. Isso é uma ofensa à democracia”, afirmou Randolfe.

Texto na íntegra www.horadopovo.com.br

Ministério Público do Rio de Janeiro volta a investigar os crimes de Flávio Bolsonaro

O Ministério Público do Rio (MP-RJ) decidiu retomar as investigações sobre lavagem de dinheiro e peculato (desvio de dinheiro público) contra o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) e seu ex-assessor Fabrício Queiroz. As investigações estavam paralisadas desde julho deste ano, por decisão do ministro Dias Toffoli. Ele atendeu ao pedido de Flávio Bolsonaro, que alegava ilegalidades na investigação.

As “ilegalidades” aventadas pelo criminoso eram os compartilhamentos de informações sigilosas por órgãos como

a Unidade de Inteligência Financeira (UIF, antigo Coaf) e a Receita Federal com o Ministério Público e órgãos policiais sem autorização judicial. Não havia necessidade de autorização judicial para que houvesse o compartilhamento. Entretanto, Dias Toffoli acatou o pedido de Flávio e suspendeu todas as investigações que tivessem usado informações compartilhadas dos órgãos de fiscalização.

O salvo-conduto para a retomada da apuração foi dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A corte reafirmou em

novembro a legalidade do compartilhamento de informações fiscais e bancárias com o MP.

Com a decisão de Toffoli, cerca de 935 investigações que atingiam o crime organizado, o crime do colarinho branco, o tráfico de drogas, a lavagem de dinheiro e outros foram paralisados em todo o país. Flávio Bolsonaro ainda obteve uma liminar dada pelo ministro Gilmar Mendes que impedia qualquer movimentação no inquérito que o investigava.

Texto na íntegra em www.horadopovo.com.br

Ato contra o fascismo e o autoritarismo reúne democratas no Teatro Tucarena em S. Paulo

Os organizadores do ato em Defesa da Democracia e da Constituição, que ocorrerá no Tucarena na quinta-feira (12), às 19 horas, intensificaram neste final de semana a convocação para o evento. A manifestação também marca o lançamento do livro “Por que a democracia e a Constituição estão sendo atacadas?”, dos constitucionalistas Lênio Streck, Marcelo Cattoni,

Martônio Mont’Alverne, Pietro Alarcon e do deputado constituinte de 1988, Aldo Arantes.

“O obscurantismo está no governo e é preciso combatê-lo com todas as forças democráticas. As futuras gerações dependem dessa nossa luta”, diz um trecho do convite para o ato.

O ex-deputado constituinte Aldo Arantes,

um dos organizadores da manifestação e um dos autores do livro que será lançado na ocasião, disse que “Bolsonaro faz ameaça frontal à democracia porque progressivamente eles vão percebendo que a Democracia e a Constituição são obstáculos para a realização do projeto neoliberal”.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Para o youtuber Dante Mantovani, havia “infiltrados do serviço soviético na CIA”

Bolsonaro nomeou na segunda-feira (02) o youtuber Dante Mantovani como novo presidente da Fundação Nacional de Artes (Funarte).

Apesar de ter formação como maestro e doutorado em Filosofia Política e Jurídica, a principal atividade de Dante é entreter um público de pouco mais de 6 mil inscritos em seu canal – onde faz afirmações estúpidas e conspiratórias, evocando seu mestre Olavo de Carvalho.

Em alguns vídeos de publicação recente, o nomeado presidente da Funarte afirma que “o rock ativa as drogas, que ativam o sexo livre, que ativa a indústria do aborto, que ativa o satanismo. O próprio John Lennon disse abertamente, mais de uma vez, que ele fez um pacto com o diabo, com o satanás para ter fama, sucesso”, ou então, que a banda inglesa Beatles “precisavam destruir as famílias americanas porque elas eram a sustentação do capitalismo”, pois estavam a serviço da implantação do comunismo.

A sua teoria conspiratória inclui infiltrados soviéticos, mensagens subliminares em músicas e outros absurdos nos quais só acreditam aqueles que compartilham da ideia de que a terra é plana.

“Existe toda uma infiltração de serviços de inteligência dentro da indústria fonográfica norte-americana que se não levarmos em conta, não vamos entender nada. A União Soviética mandou agentes infiltrados para os Estados Unidos para realizar experimentos com certos discos realizados para crianças. Esses agentes iam, se infiltravam e iam mudando, inserindo certos elementos para fazer engenharia social com crianças. Dai passaram para música para adolescentes”, observou.

“Woodstock foi aquele festival da década de 60 que juntou um monte de gente, os hippies fazendo uso de drogas, LSD, inclusive existem certos indícios de que a distribuição em larga escala de LSD foi feita pela CIA. Mas como pela CIA? Tinha infiltrados do serviço soviético lá”.

Em outro vídeo, Dante, que tem 35 anos, diz que na década de 50 apareceu “um tal de Elvis Presley com o rock lá que fazia todo mundo sacolejar, balançar o quadril”, dando a entender que este comportamento induz ao uso de drogas. “O Elvis Presley, por exemplo, morreu de

overdose”, comentou.

Nomeação
A Fundação Nacional das Artes é responsável pelo desenvolvimento de políticas públicas de fomento a artes visuais, música, circo, dança e teatro. A instituição é subordinada à Secretaria da Cultura, atualmente vinculada ao Ministério do Turismo.

Foi o atual secretário de Cultura, Roberto Alvim (o mesmo que chamou a atriz Fernanda Montenegro de “mentirosa” e “sórdida”), quem aconselhou a nomeação de Mantovani. O cargo estava vago há quase um mês após a exoneração de Miguel Angelo Oronoz Proença.

O youtuber – além de olavista, é bolsonarista convicto. Diz ainda que “produziu” o curta-metragem “Deus Acima de Todos” sobre a eleição de Jair Bolsonaro no ano passado.

Além do presidente da Funarte, Alvim nomeou outras ameaças para cargos na área da cultura ainda que esteja no cargo a menos de um mês. A exemplo, o novo presidente da Fundação Palmares, o jornalista Sérgio Nascimento de Camargo, que afirmou que a escravidão foi “benéfica para os descendentes”, que não existe “racismo real” e que o movimento negro precisa ser extinto.

Para a Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, foi nomeado Camilo Calandrelli, que se define como cristão, conservador e seguidor de Olavo de Carvalho. Katiane de Fátima Gouvêa foi nomeada como Secretária do Audiovisual da Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania na semana passada. Membro da Cúpula Conservadora das Américas, teve seu nome ligado a um documento que, meses atrás, incentivou o presidente Bolsonaro a quase extinguir a Ancine (Agência Nacional de Cinema).

Dissidente

O roqueiro Lobão, que apoiou a eleição de Jair Bolsonaro no ano passado, passou a criticá-lo após a nomeação de Mantovani para a Funarte. “O bolsonazismo é uma doença que assola o Brasil, uma doença paranoica, um delírio conspiratório. Mas eu acho ótimo, porque, quanto mais cafonias eles são, mais mico pagam. Olavo de Carvalho dando conta da agenda de costumes do país, da educação, da cultura, usando todas as armas numa doutrina tirânica e retrógrada”, declarou a um jornal carioca.

PRISCILA CASALE

Eduardo Moreira: “reformas e privatizações levam o país à terra arrasada, à destruição”

O economista Eduardo Moreira afirmou que as reformas trabalhista e previdenciária são para rebaixar salários e não para desenvolver do país.

“Todas essas reformas vêm com um sentido de fazer com que o preço da mão de obra, que para o grande empresário é mais uma das variáveis que ele tem que baixar, caia”, disse, em entrevista para a revista Por Sinal, número 59 (novembro), do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), feita por Flávia Cavalcanti.

“Quando você faz uma reforma trabalhista, está diminuindo a possibilidade de os trabalhadores se juntarem e negociarem em conjunto, e ampliando as formas como eles devem trabalhar. Por exemplo, ampliando a lei que permite o trabalho intermitente, o trabalho em horários, em lugares diversos, a terceirização”, frisou.

Eduardo Moreira é engenheiro pela PUC do Rio de Janeiro e economista pela Universidade da Califórnia de San Diego (UCSD), onde obteve um Minor Degree em Economia e foi eleito o melhor aluno do curso dos últimos 15 anos.

Foi sócio do Banco Pactual até 2009. Fundador, em seguida, da Brasil Plural e da Genial Investimentos. Em 2013, foi eleito, pela revista Época Negócios, um dos 40 brasileiros de maior sucesso com menos de 40 anos.

“Quando existe mais oferta de algum produto”, prosseguiu, “com uma demanda relativamente constante, o preço desse

produto cai. A reforma trabalhista nada mais é do que uma reforma para fazer o preço da mão de obra cair”.

“No caso da reforma da Previdência, a mesma coisa. Você está fazendo as pessoas trabalharem até o fim da vida porque a aposentadoria que vão receber não é suficientemente poderosa para bancar os seus custos mínimos de vida ou porque, simplesmente, eles não vão atender os requisitos para ter o tempo mínimo necessário para se aposentar”.

“Logo, estão fazendo com que as pessoas trabalhem até o fim da vida delas. São mais pessoas que terão que trabalhar, mais oferta e, portanto, o preço [da mão de obra] cai”.

Para Eduardo Moreira, o caminho que o governo trilha, com as reformas trabalhista e previdenciária e privatizações, é o da “terra arrasada”. “Ele só deixa um rastro de destruição.”

“O argumento do governo é que há uma transição e que as coisas não vão acontecer imediatamente. É verdade que é uma transição. Mas só temos dois caminhos que podemos seguir. Um é o que o governo está defendendo, que corta tudo, diminui o tamanho do Estado, diminui a assistência, diminui a educação, diminui a saúde. O governo diz que vai sobrar dinheiro e com essa sobra se mata a dívida, e o mercado que se vire e arrume a vida de todo mundo. Esse é o resumo do que ele fala”.

Leia a íntegra do texto em www.horadopovo.com.br

Salles se reúne com grileiros e suspende fiscalização em reserva

Cinco infratores ambientais participaram de uma reunião com o ministro do Meio Ambiente em 6 de novembro

Uma reunião realizada em Brasília entre o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, juntamente a cinco infratores ambientais, no dia 6 de novembro, resultou com que o governo federal suspendesse a fiscalização dentro da Reserva Extrativista (Resex) Chico Mendes.

Segundo reportagem da Folha de São Paulo, de 4 de dezembro, entre os infratores que participaram da reunião com o ministro estão o autor de uma ameaça de morte contra um servidor do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), um ex-procurador-geral de Justiça do Acre acusado de abrir uma estrada ilegal dentro da Resex, um condenado por desmatamento e uma fazendeira com um haras em uma unidade de conservação criada para atender a seringueiros.

A determinação da suspensão da fiscalização da Resex Chico Mendes foi realizada pelo governo federal no encontro intermediado pela bancada do Acre.

A reserva é a segunda unidade de conservação mais devastada neste ano. Segundo o Inpe (Instituto Nacional de

Pesquisas Espaciais), somente neste ano, a Resex já perdeu 74,5 km² de floresta, um aumento de 203% em relação ao mesmo período do ano passado.

AMEAÇA DE MORTE

O grileiro Rodrigo Oliveira Santos, presente na reunião, ameaçou de morte em 2013 um servidor do ICMbio no Acre que o multou por desmatamento de 69 hectares dentro da Resex. Em julho do ano passado ele foi preso por ter sido flagrado abrindo um ramal (estrada de terra) ilegal dentro da Resex.

FINANCIAMENTO

O ramal estaria sendo financiado pelo ex-procurador-geral do Acre e advogado Jorgenei da Silva Ribeiro, que também estava presente na reunião em Brasília. Em setembro deste ano, ele foi denunciado pelo MPF à Justiça Federal pelo desmatamento de 71,5 hectares para a abertura da estrada.

É fácil de visualizar o total interesse econômico na área onde deveria estar sendo preservada. Após suspender a fiscalização, o crime ambiental continua, com a tendência de crescer ainda mais.

Ministro tornou-se réu por ordenar a retirada de busto de Lamarca

Em agosto de 2017, quando era secretário do Meio Ambiente de São Paulo, Salles visitou o Parque Estadual do Rio Turvo, em Cajati (no interior de SP), e ordenou que um busto de Carlos Lamarca (1937-1971) fosse retirado de seu pedestal — assim como painéis de uma exposição sobre a passagem do guerrilheiro pela região. A informação é do Portal UOL.

O ministro foi denunciado pelo MP-SP (Ministério Público de São Paulo) mês passado e, na última segunda-feira (2), a juíza Gabriela de Oliveira Thomaz, da 1ª Vara Criminal de Jacupiranga, aceitou a denúncia e transformou Salles em réu.

Além disso, como a instalação foi feita com recursos públicos, ao mandar retirar a obra o então secretário teria provocado dano ao patrimônio público. Na época, a obra custou R\$ 614 mil ao todo, incluindo a escultura e os painéis. O busto de Lamarca era fixado em uma área externa do parque, os funcionários da prefeitura tiveram de usar uma britadeira para removê-lo, o que danificou a peça.

“O pedestal e estruturas foram

instaladas no local em decorrência das balizas de legalidade próprias do regime democrático, após decisão formal do Conselho do Parque Estadual por ocasião da obra realizada no Núcleo Capelinha”, afirma o MP na denúncia.

Segundo a denúncia, a retirada do busto foi feita pela Prefeitura de Cajati. Depois, a Polícia Militar transportou a peça e os painéis em uma viatura até a sede do Comando de Policiamento Ambiental, na capital paulista, onde o material ficou armazenado.

Salles “deu ordem expressa para a alteração do patrimônio público com amparo exclusivo em conceitos subjetivos, independentemente de seu contexto e conteúdo histórico e político, sem a observância dos trâmites normativos devidos, o que caracteriza ato de improbidade administrativa”, afirma o MP.

Na época, Salles afirmou que como secretário do governo de São Paulo responsável pelo parque, tinha a prerrogativa de decidir o que podia ou não ser exposto no local, a despeito da decisão do conselho gestor da área.

Bolsonaro quer privatizar parques de Foz do Iguaçu, Jericoacoara e os Lençóis Maranhenses

Bolsonaro oficializou na terça-feira (3), seu plano de privatizar os parques nacionais dos Jericoacoara (CE), do Iguaçu (PR), onde ficam as Cataratas e dos Lençóis Maranhenses (MA).

Um decreto de Bolsonaro colocou os três parques no Programa Nacional de Desestatização (PND) “para fins de concessão da prestação dos serviços públicos de apoio à visitação, com previsão do custeio de ações de apoio à conservação”.

Assim como já tentou com a Estação Ecológica de Tamoios (Esec Tamoios), em Angra dos Reis (RJ), Bolsonaro quer entregar os parques nacionais para que empresas de turismo possam explorar a região de forma predatória.

Em junho, Bolsonaro questionou: “Por que [a Esec Tamoios] não pode ser nossa Cancún?”.

Cancún é um município costeiro do México que foi transformado num centro turístico com resorts de alto padrão. O impacto ambiental das construções e do turismo predatório causou a destruição da biodiversidade local e degradação dos recursos naturais da região.

Os três parques são de uma beleza natural incomparável.

Jericoacoara, no Ceará, fica em uma vila de pescadores cercada de praias de água cristalina e dunas de areia.

Iguaçu, no Paraná, onde estão as Cataratas do Iguaçu — uma das Novas Sete Maravilhas da Natureza, na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. Local de importância estratégica e turística. É também a sede de Itaipu, maior usina em geração de energia do mundo.

Os Lençóis Maranhenses são famosos pelas lindas paisagens e pelos lagos cristalinos formados no meio das dunas nas épocas chuvosas.

Este o patrimônio que Bolsonaro quer entregar.

Os deputados Camilo Capiberibe (PSB-AP) e Bira do Pindaré (PSB-MA) convocaram uma audiência pública na Câmara para debater a privatização dos Lençóis Maranhenses.

“A proposta do governo muito nos preocupa, pois pretende dar uma destinação econômica para as unidades de conservação do meio ambiente, atualmente controlados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), sem se preocupar com os impactos ambientais e sociais da região”, declararam os deputados.



Após o encontro, Salles determinou a suspensão da fiscalização da reserva

Cimi responsabiliza o governo Bolsonaro por morte de dois caciques Guajajara no Maranhão

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), emitiu no último domingo (8), uma nota pública responsabilizando o governo de Jair Bolsonaro, à Fundação Nacional do Índio (Funai) e ao Ministério da Justiça as mortes de indígenas no país. A nota veio depois da morte de um terceiro índio, que foi registrada no país em menos de 24 horas.

O índio Humberto Peixoto, do povo Tuyuca, do Amazonas, foi vítima de espancamento a pauladas na última segunda-feira, em Manaus, e veio a óbito neste sábado (7). Peixoto trabalhava na Cáritas Arquidiocesana do Amazonas como catequista e a motivação do crime ainda é investigada.

O Cimi responsabiliza diretamente Jair Bolsonaro e seu governo pelas mortes recentes de indígenas no País: “O atentado contra lideranças indígenas Guajajara, neste sábado, é de responsabilidade das autoridades do governo federal, que têm negado os direitos indígenas, incitado o preconceito e o ódio na população e acobertado a invasão dos territórios e a violência física contra os povos”.

Em outro trecho, o Conselho lembra que o ministro das Minas e Energia disse que estava preparando um Projeto de Lei para ser enviado ao Congresso com o ob-



Cacique Firmino Prexede Guajajara, de 45 anos, da aldeia Silvino, executado em emboscada

jetivo de regulamentar a exploração de minérios e outras atividades da agropecuária nos territórios indígenas.

“Os direitos dos povos indígenas têm sido negociados e entregues à bancada ruralista, que já tem o controle das ações da Funai em Brasília e nas regiões. Nestes últimos dias, o atual presidente da Funai, Marcelo Xavier, determinou que todos os servidores sejam obrigados a solicitar sua autorização para prestar assistência às comunidades indígenas, além de proibir o deslocamento de servidores a terras indígenas não homologadas e registradas” diz trecho da nota.

Ainda segundo avaliação do Conselho, o Ministério da Justiça, ao qual a Funai é subordinada, “está omisso

e o ministro Sérgio Moro se nega a receber os representantes indígenas que têm solicitado audiências para resolver pendências territoriais”.

“Tais crimes, contanto ainda com atentados, ameaças, tortura e agressões ocorridas por todo país contra essas populações, têm acontecido na esteira de discursos racistas e ações ditadas pelo governo federal contra os direitos indígenas. O presidente Jair Bolsonaro tem dito e repetido, em vários espaços de repercussão nacional e internacional, que nenhum milímetro de terra indígena será demarcado em seu governo, que os povos indígenas teriam muita terra e que atrapalham o “progresso” no Brasil”, diz a nota.

Atacar ensino de humanas não resolve problema da renda e emprego, diz Fernando Henrique Cardoso

O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe) de São Paulo afirmou, na terça-feira (3), que a Polícia Militar de São Paulo (PM-SP) adulterou a cena do crime ao retirar os corpos de jovens das vielas de Paraisópolis, no último fim de semana, após o baile funk “DZ7”.

“Esses corpos não poderiam ter sido levados para hospitais”, disse o presidente do órgão, advogado Dimitri Sales.

Com base em apurações que realizou no local das mortes e informações colhidas junto ao Instituto Médico Legal (IML), o Condepe diz que sete das nove mortes ocorridas se deram no próprio local. Duas mortes ocorreram nos hospitais. “O que houve foi um massacre”, afirmou Sales. Segundo Sales, a forma como ocorreram as mortes, sem tiros, pode indicar um novo padrão de violência policial que dificulta a identificação de autoria. As declarações do conse-

heiro foram dadas numa reunião de trabalho realizada pelo conselho com outras entidades e órgãos de direitos humanos e representantes da sociedade civil nas quais foram discutidas estratégias de atuação diante do caso em Paraisópolis.

O jovem Danylo Amilcar, irmão de Denys Henrique Quirino da Silva, uma das vítimas da operação, estava presente na reunião e em depoimento emocionado disse sem conter as lágrimas: “nosso menino, o Denys, não morreu pisoteado”.

O ouvidor das Polícias de São Paulo, Benedito Mariano, afirmou que há contradições nas versões dos depoimentos dos policiais militares ouvidos e das testemunhas que estavam no baile funk em Paraisópolis. Para Mariano, a Corregedoria da Polícia Militar também precisa analisar a quebra de protocolos na ação dos policiais. “O fato de a ocorrência de controle ter acontecido quando tinha 5 mil pessoas na rua já é uma

situação para ser analisada. O recomendado é que os agentes cheguem antes, para não ter conflito”, disse.

Ou seja, o correto é agir para que não aconteça o pancadão e não ação para dispersar após 5 mil já terem se concentrado no local, como aconteceu, no último domingo.

A operação desobedece protocolos estipulados pela PM traz questionamentos como: Qual real motivo para a dispersão truculenta naquele dia?

A professora de sociologia da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar) e coordenadora do Grupo de Pesquisa sobre Violência e Administração de Conflitos, Jacqueline Sinhoretto, afirma que “o quadro geral, com o que se sabe até agora, revela uma situação deliberada, criminosa e inaceitável sob qualquer ponto de vista, seja legal, ético ou profissional. Não se faz policiamento dessa maneira. O que ocorreu ali é barbárie, é imposição de poder, é vingança. É comportamento miliciano”.



PGR afasta procuradora do Conselho Nacional dos Direitos Humanos

O Procurador Geral da República, Augusto Aras, acatou pedido da ministra bolsionista Damares Alves e afastou a subprocuradora-geral, Deborah Duprat, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH).

Ela assumiria a presidência do Conselho a partir de 2020. O CNDH é vinculado ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, de Damares Alves, que, em novembro, enviou um ofício à PGR pedindo que o órgão liderado por Augusto Aras abrisse mão da presidência do conselho em favor da sua pasta.

Deborah Duprat é Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), posto que tem ocupado a suplência do Procurador Geral da República (PGR) no Conselho há alguns anos. Antes da subprocuradora, outros procuradores federais dos direitos do cidadão exerceram a função por atribuição do procurador-geral da República.

No lugar dela, assume o secretário de Direitos Humanos da PGR, Ailton Benedito.

Benedito ganhou notoriedade no Twitter por publicações conservadoras e a favor do governo Bolsonaro. Indicado para compor a Comissão de Mortos e Desaparecidos da Ditadura Militar, teve nome vetado pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

A substituição representa uma grande mudança no perfil da PGR no Conselho, já que Duprat é um crítica aos posicionamentos reacionários do governo Bolsonaro e comumente trava embates dentro do Ministério Público Federal.

O presidente do conselho, Leonardo Penafiel Pinho, criticou a decisão de Aras em excluir Deborah do colegiado e indicar Benedito. Para ele, a mudança é um desrespeito com a subprocuradora. Os dois apresentariam semana que vem relatório de balanço do conselho.

“Lamento profundamente. O procurador-geral desrespeitou o trabalho de uma colega ao tirá-la do conselho há uma semana de apresentarmos o relatório. Será a última reunião do ano, que foi muito produtivo. Será dia 11. O Aras poderia fazer isso no dia 12. É um desrespeito até à história dela no Ministério Público”, disse Pinho.

Para o presidente do conselho, a indicação de Benedito representa a imagem que Aras quer tratar o tema dos direitos humanos. “Se o Aras entende que essa é a imagem que ele quer do Ministério Público para a sociedade... Colocar alguém (Benedito) que já foi rejeitado pelo próprio MPF (para a Comissão de Mortos). É uma escolha dele”.

Leonardo Pinho também enviou um ofício ao PGR pedindo esclarecimentos. Isso porque o Ministério Público tem um titular e dois suplentes no conselho. Por isso, quer saber se Benedito será primeiro ou segundo suplente. E que esclareça se Deborah está mesmo fora, ou se foi para a segunda suplência.

Justiça do Rio aceita denúncia contra PM que matou Ágatha

A Justiça do Rio de Janeiro aceitou a denúncia do Ministério Público (MP-RJ) contra o policial militar que disparou os tiros de fuzil que atingiram a menina Ágatha Vitória Sales Félix, de 8 anos, no Complexo do Alemão, em setembro.

O policial militar Rodrigo José de Matos Soares, agora é considerado réu na ação, que corre na 1ª Vara Criminal. Na decisão da última quinta-feira (5), a juíza Viviane Ramos Faria determinou ainda que o porte da arma de fogo do policial seja cassado e que ele não exerça atividades de policiamento ostensivo até o fim do processo. Ainda de acordo com a decisão, o PM está proibido de sair do estado do Rio de Janeiro nesse período.

Segundo a decisão, a menina Ágatha morreu “por erro no uso dos meios de execução por parte do policial militar Rodrigo José de Matos Soares”.

A juíza também afirmou que, segundo testemunhas, não houve nenhum confronto na região onde a menina foi baleada, desmentindo a versão dos policiais de legítima defesa.

“O fragmento que atingiu a vítima foi disparado de baseamento da Polícia Militar em direção a um poste de concreto, que se fragmentou, e um dos fragmentos ricocheteou em sentido descendente e atingiu a base do porta-malas da Kombi, o qual ricocheteou novamente, atravessando o banco traseiro, atingindo fatalmente a vítima.”

Rodrigo José de Matos Soares vai responder por homicídio qualificado e caso seja condenado, poderá cumprir pena de 12 a 30 anos de prisão.

Reitores entram com ação na Justiça contra Weintraub



O ministro de Bolsonaro, Abraham Weintraub, foi convocado pela Câmara



Servidores protestaram contra pacote do governo de Ratinho Junior

Servidores do Paraná ocupam Assembleia contra projetos de reforma da Previdência

Os servidores públicos do Paraná ocuparam a Assembleia Legislativa do Estado (Alep), na tarde de terça-feira (03), contra o projeto de reforma da Previdência apresentado pelo governo de Ratinho Júnior.

Os servidores da educação estão paralisados desde segunda-feira (02) contra duas Propostas de Emenda Constitucional (PEC's) que seguem a reforma de Bolsonaro na chamada PEC paralela, aumentando o tempo de contribuição e estabelecendo idade mínima de 62 anos para as mulheres e 65 para os homens.

Nesta terça-feira, mesmo diante dos protestos da categoria, que ocorriam desde cedo, a proposta foi aprovada na comissão especial da ALEP, provocando ainda mais revolta entre o funcionalismo do Estado, que ocuparam as galerias na parte da tarde e passaram a noite na Assembleia.

Decidida a cortar os direitos dos servidores, a base aliada de Ratinho Júnior decidiu convocar sessão na Ópera do Arame (Parque de Curitiba que recebe eventos culturais clássicos e populares), onde os arredores foram cercados pela polícia militar.

Em nota, a bancada de oposição ao governo repu-

diou a decisão do governo: "A intransigência com o funcionalismo público é uma das características do governo Ratinho Jr. Tanto no processo de tramitação da atual reforma previdenciária, quanto em outros momentos em que houve retirada de direitos e redução dos vencimentos dos servidores, não houve disposição efetiva por parte do Poder Executivo em estabelecer um diálogo construtivo e respeitoso com o funcionalismo."

A oposição denuncia a tentativa de se atropelar o andamento dos projetos, onde o presidente da Assembleia, deputado Ademar Traiano (PSDB), anunciou que serão realizadas hoje à tarde o número de sessões necessárias para aprovação das medidas, inclusive reuniões das Comissões permanentes.

A oposição diz ainda que "ao solicitar regime de urgência para a tramitação da PEC, atropelando ritos e reduzindo prazos, além de não discutir previamente de forma aprofundada as mudanças com os servidores, o governo revela seu caráter autoritário."

"A Assembleia Legislativa não pode se curvar cegamente aos interesses do governo. Em primeiro lugar, a Mesa Diretora não

poderia ter acatado o pedido de regime de urgência solicitado pelo governo para a tramitação da proposta".

"Da mesma forma, a Mesa Diretora não pode, em nenhuma hipótese, promover manobras regimentais para aprovar a toque de caixa a PEC 16/2019, como realizar sessões extraordinárias, sem que o intervalo de votação de 5 sessões, conforme determina o Regimento Interno, seja devidamente respeitado. A votação de PEC em regime de urgência será um fato inédito na história da Assembleia Legislativa", denuncia.

A Justiça determinou a reintegração de posse da ALEP. No pedido, está prevista multa de R\$ 2 mil, por dia de ocupação. "Nós recebemos a reintegração. Nossos advogados estão estudando esse texto, nós estamos analisando. Enquanto isso, nós mantivemos a nossa resistência aqui na Assembleia Legislativa do Paraná. Esperamos que não tenha medida de violência contra os servidores, ainda mais do que a gente já tem sofrido", afirmou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato), Hermes Leão.



Deputados cercaram Arthur do Val

Deputado xinga servidores de 'vagabundos' e é repreendido durante sessão da ALESP

A baixaria tomou conta da sessão na Assembleia Legislativa de São Paulo na noite de quarta-feira (4), durante votação do projeto do governador João Doria de reforma da Previdência estadual, nos mesmos moldes da reforma de Bolsonaro, aprovada no Congresso Nacional.

O tumulto iniciou quando o deputado Arthur do Val (sem partido), mais conhecido como "Mamãe Falei", começou a xingar outros deputados e, extrapolando todas as regras de decoro, distribuiu ofensas aos servidores públicos e sindicalistas que protestavam nas galerias da Alesp e, aos berros, chamou-os de "bandos de vagabundos".

Deputados da oposição se indignaram com a fala do parlamentar e subiram à tribuna em protesto. Após pedir várias vezes que o deputado parasse de chamar os presentes de "vagabundos", o presidente da Alesp, Cauê Macris (PSDB), decidiu suspender a sessão.

O projeto do governo propõe, entre outras mudanças, aumento da alíquota de contribuição de 11% para 14%; aumento da idade mínima para as aposentadorias comuns, que ficaria em 62 anos para as mulheres e 65 anos para os homens; mudança na regra de cálculo dos benefícios, alteração na pensão por morte e regras de transição diferenciadas para professores, policiais civis, agentes de vigilância e de escolta penitenciários, e servidores que tenham condições especiais ou com deficiência.

"As mulheres terão um prejuízo. Vão ter que trabalhar 7 anos a mais. É muito dura, muito difícil para classe dos professores, que estão sofrendo tanto", disse Leandro Oliveira, secretário-geral do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.

No atual regime de Previdência, as professoras se aposentam com 50 anos de idade e 25 de contribuição, e os homens com 55 e 30 de contribuição. Na nova regra, as idades subiriam para 57 e 60.

"Nós entendemos que seja necessária uma reforma, mas nós entendemos também que não com sacrifício demasiado, além da constituição, ferindo todos os direitos dos servidores", diz Mário Medeiros Neto, da Associação dos Oficiais de Justiça de São Paulo.

Governo quer acabar com cotas para deficientes no mercado de trabalho e passar a cobrar taxa

Não satisfeito em atacar sob todos os ângulos os direitos dos trabalhadores, o governo Bolsonaro investe agora contra pessoas com deficiência. No último dia 26, o ministro da Economia, Paulo Guedes, apresentou, na Câmara dos Deputados, projeto de lei que altera a política de cotas para trabalhadores com deficiência no mercado de trabalho.

Trata-se do PL 6159/2019, que propõe que as empresas possam substituir a contratação de pessoas com deficiência pelo pagamento ao governo de dois salários mínimos mensais. O que significa que, na prática, o governo não apenas acaba com o sistema de cotas, mas ainda quer lucrar com a não inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho.

Segundo o PL, esse recolhimento seria depositado em uma conta da União que será direcionado a um programa de reabilitação física e profissional.

Hoje, o sistema de cotas obriga empresas a contratarem pessoas com deficiência na seguinte percentagem: empresas com até 200 funcionários, 2% - de 201 a 500, 3% - de 501 a 1000, 4% e a partir de 1001, 5%.

Em reportagem do jornal Folha de São Paulo, a vice-presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Idosos (Ampid) e subprocuradora-geral do Trabalho, Maria Aparecida Gurgel, afirma que o projeto "desconfigura toda a ação afirmativa que é a reserva de cargos".

A Ampid lançou uma nota de repúdio apontando que o projeto do governo viola a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, do qual o Brasil é signatário. O documento também acusa o governo de não ter consultado nenhuma das entidades representativas das pessoas com deficiência para elaborar o projeto.

Outras mudanças propostas no texto também são criticadas pela entidade, como a que "estabelece diversas condições para o direito a concessão do auxílio-inclusão que, se efetivadas, impedem o acesso à sua concessão e frustra os objetivos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI. Lei 13.146/15), especialmente o de incentivar as pessoas com deficiência moderada e grave, que recebem o benefício da prestação continuada (BPC), a querer voltar ou se inserir pela primeira vez no mercado de trabalho".

"As alterações propostas afrontam as obrigações assumidas pelo Brasil ao ratificar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, são inconstitucionais porque desrespeitam os princípios dessa mesma Convenção, que tem status de norma constitucional e ainda atentam contra a proteção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, cuja garantia cabe ao Estado, enquanto promotor de políticas públicas de trabalho e emprego", diz parecer do Ministério Público do Trabalho (MPT).

Reprodução/Rede ALESP

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Oruê Brasileiro/midianinja

Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Entidade cobra explicações sobre afirmação do ministro de que universidades federais estão repletas de "plantações de maconha"

Os reitores das universidades federais entraram com uma ação na Justiça contra o ministro da Educação, Abraham Weintraub, acerca das acusações de que existem "extensas plantações de maconha" nas universidades federais e "laboratórios de desenvolvimento de droga sintética" em suas dependências.

A ação foi protocolada pela Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior) na quarta-feira (4), na 9ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal.

Na ação, os reitores pedem que o ministro se retrate pelas declarações e que apresente ao menos informações e/ou provas que amparem suas afirmações.

Referindo-se à entrevista dada pelo ministro ao Jornal da Cidade e declarações no twitter, a ação diz que "o Senhor ministro aparentemente buscou apontar fatos para deturpar e ofender perante a opinião pública as universidades federais e seus Reitores, mimetizando-as com organizações criminosas relacionadas ao tráfico de substâncias ilícitas".

"Tendo em vista que casos contidos nos tuites postados pelo Senhor Ministro em 22/11/19 - inequivocamente - não dão conta da existência de plantações extensivas de maconha e da produ-

ção de anfetaminas nas universidades federais, que ele explique as razões pelas quais, na qualidade de autoridade pública, ciente de fatos concretos similares a esses, não efetuou denúncia às autoridades policiais e judiciais competentes de modo específico sobre (i) onde e (ii) como ocorrem, preferindo usá-las como instrumento de difamação genérica contra todas as universidades federais brasileiras", diz o texto.

Na mesma peça judicial a Andifes também exige que o ministro explique seus ataques à autonomia universitária, prevista pela Constituição, uma vez que afirmou que tal prerrogativa constitucional é "falaciosa".

CONVOCAÇÃO

Na quarta-feira (4), a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados também interpelou o ministro a prestar esclarecimentos sobre suas acusações infundadas em relação às universidades.

A Comissão aprovou a convocação do ministro, que deverá comparecer à Câmara para depor sobre o assunto na próxima quarta-feira (11), às 10 horas.

A convocação foi requerida por deputados do PSB, PT, PSOL e PODEMOS. A presença do ministro é obrigatória, podendo responder por crime de responsabilidade caso não compareça e não apresente justificativa.



Comerciários acionam STF contra trabalho aos domingos e feriados

A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) quer a suspensão de dispositivos da Medida Provisória 905/2019 que libera o trabalho aos domingos e feriados sem restrições e afeta os trabalhadores do comércio em todo o país.

A entidade entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF).

A entidade argumenta que ao editar a medida provisória que altera a legislação trabalhista, o presidente inseriu matéria rejeitada na mesma sessão legislativa pelo Senado, o que é vedado pela Constituição, além de não haver relevância e urgência necessárias para se editar uma medida provisória.

Segundo a CNTC, a medida representa um retrocesso social ao permitir a liberação para o trabalho aos domingos e feriados sem autorização de convenção coletiva, o que foi conquistado com muita negociação entre a categoria e empresários do setor intermediada pelo extinto Ministério do Trabalho.

A Confederação sustenta que na exposição de motivos da MP, no entanto, não há qualquer justificativa para a alteração, que pode obrigar empregados do comércio a trabalhar

Justiça determina que empresa de aplicativo reconheça vínculo trabalhista com motoboys

A Justiça do Trabalho de São Paulo reconheceu o vínculo entre motofretilistas e a empresa de aplicativo Loggi, em decisão publicada nesta sexta-feira (06). A ação foi movida pelos procuradores Rodrigo Castilho, Tatiana Bivar Simonetti e Tatiana Campelo do Ministério Público do Trabalho (MPT).

A juíza Lávnia Lacerda Menendez, da 8ª Vara do Trabalho, entendeu que os requisitos de uma relação de emprego de habitualidade, onerosidade, pessoalidade e subordinação estão presentes no contrato que a Loggi estabelece com os motoboys.

De acordo com o Ministério Público do Trabalho

(MPT), há 15 mil entregadores com cadastro ativo no aplicativo em todo o país. A sentença determina que a empresa registre os profissionais cadastrados que tiveram atividade nos últimos dois meses até março de 2020.

Além disso, determina que a empresa deixe de contratar os entregadores como autônomos, pague adicional de periculosidade e respeite o limite da jornada de trabalho a oito horas diárias, a partir do qual cabe hora extra e que a empresa só poderá admitir apenas profissionais com motos regularizadas e que atendam a exigências de segurança previstas em lei.

A juíza também estabeleceu que apenas profissionais com idade mínima de 21 anos, dois anos de habilitação na categoria e com aprovação em curso do Contran poderão trabalhar no aplicativo.

A empresa foi condenada ainda a pagar R\$ 30 milhões de indenização por dano moral coletivo, para "efeito pedagógico". Segundo o procurador Rodrigo Carelli, a decisão judicial "abrange todos os trabalhadores que labutam na empresa e garante, além dos direitos específicos da legislação trabalhista, também todas as normas de proteção à segurança do trabalho em motocicletas".

Presidente da Câmara dos Deputados da Bolívia: “derrotaremos o golpe”

Nesta entrevista exclusiva, o presidente da Câmara dos Deputados da Bolívia, Sérgio Choque, denuncia o golpe de Estado que afastou o presidente Evo Morales “a partir da pressão dos setores ligados à direita, com a perseguição de dirigentes, queima de residências de deputados e senadores, e mais o sequestro de familiares”; condena o assassinato de manifestantes, “cruelmente alvejados pelas balas do Exército”; defende a libertação dos patriotas que lotam as penitenciárias; repudia a enorme censura à imprensa, pois “qualquer imagem que mostre é apontada como sedição, havendo o fechamento do meio de comunicação e a prisão dos jornalistas”; e alerta para a própria perseguição dos parlamentares, “porque hoje se fazemos algo do governo imediatamente querem nos prender”. Destacada liderança do Movimento Ao Socialismo – Instrumento Político para a Soberania dos Povos (MAS-IPSP), partido de Evo, Sérgio Choque aponta ainda o descumprimento, por parte da “autoproclamada presidenta” Jeanine Áñez, do Acordo de Paz firmado com os movimentos sociais, mantendo as perseguições a lideranças e deixando desassistidas as famílias das vítimas dos mais de 30 assassinados, abandonados centenas de feridos e encarcerados manifestantes que lutam pela soberania e a democracia. Boa leitura.

LEONARDO WEXELL SEVERO,
de La Paz, Bolívia

Qual a sua percepção da importância da unidade do povo boliviano e, da mobilização do parlamento neste momento para que seja respaldada a democracia?

Muito obrigado companheiro Leonardo, seja muito bem-vindo à Câmara dos Deputados em um momento tão trágico depois do 20 de outubro, quando ocorreram fatos que enlutam as famílias bolivianas, mais do que tudo com o golpe de Estado dado pela senhora Áñez, que se autoproclamou presidenta do Estado plurinacional.

Autoproclamada

Assim a chamamos porque não se cumpriu com o protocolo. Porque aqui, dentro do parlamento nacional, era a segunda vice-presidente e, portanto, não lhe correspondia assumir a Presidência. Deveria ter se convocado uma sessão do pleno, uma Assembleia Nacional.

Em primeiro lugar, os senadores deveriam ter reestruturado a composição da Casa, escolher uma presidenta, que deveria ter convocado uma Assembleia Nacional em que estão os deputados e senadores, para só a partir daí ocorrer a sucessão constitucional. Desta forma, a presidenta do Senado assumiria de forma transitória o exercício da Presidência constitucional. Mas não se cumpriu com este procedimento. Por isso dizemos que se autoneomeou praticamente e, para nós, isso é uma autoproclamação.

“Para que o presidente Evo renunciasse houve perseguição de dirigentes, queima de residências de deputados e senadores, além do sequestro de familiares”

Fale um pouco sobre o golpe de Estado

Em primeiro lugar dissemos golpe de Estado porque o presidente Evo teria de cumprir sua gestão até o próximo 22 de janeiro. Porém, pela situação que vivia nosso país, pela pressão que houve dos setores ligados à direita, a perseguição de dirigentes, queima de residências de deputados e senadores, além do sequestro de familiares, tudo isso fez com que o presidente Evo, pensando neles, a fim de que parasse essa perseguição, renunciasse ao cargo. Da mesma forma procedeu o vice-presidente, pensando que assim iriam apaziguar a situação. Mas ocorreu o contrário, já que nem bem assumiu a autoproclamada presidenta transitória começou a convulsionar ainda mais e de forma mais grave o país.

Leia entrevista na íntegra em:
www.horadopovo.com.br

“Relatório da OEA é cúmplice do golpe”, denuncia Evo

Exilado após uma onda de assassinatos, torturas, prisões, desaparecimentos e até estupros de familiares de lideranças – como o de uma sobrinha de 14 anos do presidente da Câmara dos Deputados -, o presidente reeleito da Bolívia, Evo Morales, desmontou a farsa do relatório da Organização dos Estados Americanos (OEA) em relação à suposta fraude nas eleições de 20 de novembro.

“O informe da OEA aponta que encontramos irregularidades em 226 atas e, mesmo se anulando o voto do Movimento Ao Socialismo – Instrumento Político para a Soberania dos Povos (MAS-IPSP) nessas atas, a diferença se mantém acima dos 10% (percentual mínimo para não haver 2º turno)”, denunciou Evo. Sendo assim, destacou, “a única fraude foi do relatório oficial da OEA, cúmplice do golpe de Estado”.

Um manifesto divulgado esta semana por 97 estatísticos e economistas de todo o mundo respaldou a decisão do Supremo Tribunal Eleitoral da Bolívia, reconhecendo a vitória de Evo e fazendo um chamado à OEA para que “retire suas declarações enganosas”. Afinal, tais “enganos” repercutidos pela mídia muito “contribuíram para o conflito político e serviram como uma das justificativas” mais utilizadas para consumir o golpe.

Conforme a “auditoria” da OEA – cujo orçamento é bancado 60% pelo governo dos Estados Unidos – “a análise estatística realizada revela

que a vitória no primeiro turno de Evo Morales foi estatisticamente improvável”, e que a sua proclamação aconteceu devido a “um aumento massivo e inexplicável” de votos “nos 5% finais da contagem”. Sem esse aumento, alegam, embora o partido “tivesse conseguido a maioria dos votos, não alcançaria a diferença de 10% necessária para evitar o segundo turno”.

E a OEA vai além e diz que esta alteração na tendência das últimas urnas “é extremamente invulgar e coloca em causa a credibilidade do processo”. Acrescenta que “as manipulações e irregularidades assinaladas não permitem ter a certeza sobre a margem de vitória do candidato Morales sobre o candidato Carlos Mesa”.

Rebatendo a pretensa “auditoria”, o manifesto propõe que o Congresso dos EUA “investigue este comportamento da OEA e se oponha ao golpe militar, a seu contínuo apoio por parte do governo de Trump, assim como à contínua violência e às violações aos direitos humanos por parte de quem, na prática, está no governo”.

Mergulhada em suas mentiras, a autoproclamada Jeanine Áñez determinou a prisão de todos os membros dos tribunais eleitorais do país, “para que fossem submetidos a um processo penal”, sendo condenados pelas “ações deliberadas para manipular o resultado das eleições” das quais a atual “presidenta” sequer foi uma das candidatas.

Leia matéria completa em: www.horadopovo.com.br

Franceses param o país contra a ‘reforma’ previdenciária de Macron



Aleijão de Macron deforma todo o sistema previdenciário francês

Multidão ocupa Santiago em novo protesto contra arrocho de Piñera

Uma multidão retornou às ruas da capital chilena, no sábado, 7, para marcar os 50 dias desde o início da maior onda de protestos no país em décadas.

A concentração foi mais um ato de repúdio à política neoliberal que assola o Chile. Os protestos, que se iniciaram com o anúncio do aumento nas tarifas do metrô de Santiago, rapidamente tomaram grandes proporções.

As reivindicações colocadas pelos manifestantes ganharam abrangência: pensões dignas, redução do preço dos medicamentos, alívio no endividamento dos chilenos, salários decentes, custo de vida controlado, melhora no transporte público, gratuidade nas universidades, etc.

E longe do que prometeu, nacional e internacionalmente, o presidente Sebastián Piñera continua dando carta branca aos Carabineiros, a polícia chilena, para reprimir sem controle.

Ao menos 352 pessoas sofreram feridas nos olhos pela ação policial com balas de chumbo e de borracha disparadas por escopetas, informou o Instituto Nacional de Direitos Humanos do Chile, INDH, na sexta-feira, 6, denunciando que em 21 desses casos se produziu a perda de um olho enquanto que o resto corresponde a lesões ou



Chilenos exigem reajuste salarial e universidade gratuita

traumas que, em muitos casos levam à cegueira. O número representa um aumento de 111 pessoas em relação ao anterior informe do INDH, de 3 de dezembro. O Instituto, um órgão público, porém autônomo e independente, difundiu também que 3.449 pessoas foram feridas desde que começaram os protestos, em 18 de outubro último, das quais 1.982 foram atingidas por disparos de bala, balas de chumbo, ou objetos não identificados.

O organismo entrou com um total de 685 queixas contra a ação dos agentes do Estado, delas 6 por homicídio, 11 por homicídio frustrado, 108 por violência sexual e 544 por torturas e tratos cruéis. Isso sem contar com as ações impetradas por outros órgãos ou pelos milhares que pessoal ou familiarmente foram prejudicados.

Enquanto isso...

Passando por cima do

desastre imposto aos trabalhadores, estudantes, enfim, o conjunto do povo chileno, Sebastián Piñera e membros de sua família realizaram milionárias transferências para paraísos fiscais, segundo investigação do site chileno El Desconcierto. Revelou-se que o Serviço de Impostos Internos do Chile, SII, cancelou dívidas milionárias às suas empresas. “Entre 2015 e 2016, Bancard Inversiones Limitada, sociedade empresarial controlada em 66% pelo presidente, transferiu, a título gratuito, US\$96 milhões à Bancard International Investment, uma empresa de seus filhos domiciliada nas Ilhas Virgens Britânicas”, denunciou o portal.

Mais detalhes podem ser vistos em:

<https://www.eldesconcierto.cl/2019/12/06/las-millonarias-transferencias-de-la-familia-pinera-morel-a-paraisos-tributarios-y-la-investigacion-del-sii-en-contra-de-bancard/>

Coroada Miss Universo, sul-africana condena racismo

A sul-africana, Zozibini Tunzi, foi coroada Miss Universo ao vencer 88 concorrentes no concurso realizado em Atlanta, no domingo.

“Eu cresci em um mundo em que uma mulher negra com a minha cor de pele e meu tipo de cabelo, nunca seria considerada bonita. Penso que chegou a hora e que a partir de hoje isso acaba. Quero que as meninas olhem para mim e vejam o meu rosto e sintam suas faces refletidas nele”, declarou a nova Miss, arrancando intensos aplausos.

Tunzi é a sétima mulher negra a vencer o concurso. A vencedora negra mais recente foi a angolana Leila Lopes, em 2011, no concurso realizado em São Paulo. A primeira mulher negra a vencer este concurso foi Janelle Comissioning, em várias ocasiões, se pronunciou contra o racismo durante o seu mandato de 1977.

Este ano já se registraram vitórias de outras mulheres negras em outros concursos internacionais. Uma delas é a nova Miss America, Nia Franklin, compositora e cantora lírica.

A sul-africana trabalha como especialista em relações públicas, tendo atuação



“É uma honra absoluta representar, como negra e africana, a inclusão”, afirmou a Miss Zozibini Tunzi

destacada na luta contra desigualdade de gênero e violência contra a mulher.

“É uma honra absoluta representar, como negra e africana, a inclusão e a diversidade”, acrescentou Tunzi.

“A sociedade foi programada, durante muito tempo”, prosseguiu, “para não ver a beleza da maneira negra. Mas agora estamos entrando em um tempo em que finalmente as mulheres como eu podem saber que somos bonitas”.

Ela finalizou, celebrando sua conquista como uma vitória de muitos: “Essa noite uma porta foi aberta e eu não poderia estar mais grata de ser a pessoa que atravessou este caminho.

Que todas as garotinhas que testemunharam esse momento acreditem para sempre no poder de seus sonhos. Eu, orgulhosamente, apresento o meu nome Zozibini Tunzi, Miss Universo 2019!”

A candidata que representou o Brasil, Julia Horta, a parabenizou: “Parabéns, Zozibini Tunzi. Estou tão feliz por você. Você fez um trabalho realmente maravilhoso e merece isso. Eu desejo a você um ano incrível com muitas novas experiências. Agora, o Universo sabe quem você é e você terá a chance de mudar tantas vidas. Eu espero que você aproveite cada momento e deixe seu coração guiar você”.

Após uma greve geral de dois dias, seguida de uma semana de paralisação nos transportes, as centrais sindicais comandam nova greve nacional no dia 10

ANA CAMPOS, de Paris

Após a greve geral dos dias 5 e 6 e uma série de greves dos setores de transportes até o dia 9, as centrais sindicais francesas convocaram os trabalhadores a nova paralisação nacional para o dia 10. Em toda a França, milhares de pessoas foram às ruas no dia 5 para manifestar contra a “Reforma” da Previdência posta em prática pelo governo de Emmanuel Macron. Segundo a Confederação Geral do Trabalho (CGT), foram cerca de 1,5 milhão de manifestantes em mais de 250 cidades.

Em Paris, as manifestações juntaram 250 mil pessoas. Foram trabalhadores dos setores público e privado: professores, trabalhadores da saúde e dos transportes, funcionários da SNCF (Sociedade Nacional dos Caminhos de Ferro da França), e mesmo aposentados que bradaram um enorme “não” à ‘reforma’ de Macron.

“Foi uma mobilização muito forte, tanto no setor público, quanto no privado”, comemorou Philippe Martinez, secretário-geral da CGT. Para o sindicalista, “as tentativas feitas pelo governo de dividir os trabalhadores não funcionaram (...), essa quantidade de gente é algo jamais visto!”.

Yves Veyrier, secretário-geral de outra central francesa, a Força Operária, está de acordo: “Começamos alto”, comemorou. “É uma amplitude rara, inédita desde 2010 ou 1995”, disse o líder sindical.

Nos mesmos moldes da “reforma previdenciária” brasileira, a francesa é apresentada pelo governo como “igualitária”, mais acaba por diminuir em muito a aposentadoria dos

CGT: “Macron quer franceses trabalhando mais tempo por aposentadorias reduzidas”

A greve geral contra o ataque do governo Macron às conquistas previdenciárias – que teve a participação de ferroviários, metroviários, metalúrgicos, professores, médicos e enfermeiros; tanto servidores públicos quanto assalariados do setor privado e o apoio de estudantes secundaristas, quanto de universitários e de aposentados – parou a França nos dias 5 e 6. As centrais sindicais convocam nova paralisação para o dia 10.

A greve geral aconteceu em paralelo a manifestações por todo o país. Segundo a Confederação Geral do Trabalho (CGT), 1,5 milhão de franceses ocuparam as ruas em 250 cidades.

Em Paris, mais de 250 000 pessoas disseram não ao ataque do governo que pretende reduzir os direitos previdenciários de 42 categorias, igualando trabalhos com alto nível de toxicidade ou de periculosidade aos que exercem serviços de escritório, fazendo tábua rasa de conquistas resultantes de anos de lutas e debates sobre as questões referentes a aposentadorias e pensões.

Em Marselha foram computados 150 mil; Montpellier, 20.000; Toulouse, 100.000; Bordeaux, 53.000. Os atos em pequenas cidades como Albi, Landernau, Avignon, mostraram a amplitude da revolta contra o descaso para com o justo direito dos trabalhadores, que dedicaram suas vidas, nos transportes ou nos locais de trabalho ou ainda nos anos dedicados ao estudo, ao descanso quando idosos.

Faixas presentes nos

franceses. Dentre as principais mudanças estão a criação de uma “idade pivô”, a qual ainda não foi definida, mas seria a idade que o cidadão deveria atingir para conseguir a aposentadoria completa. Atualmente existe uma idade mínima, de 62 anos, com a qual é possível se aposentar ainda com os vencimentos completos.

Um outro ponto que tem causado revolta é a pretensão do governo, em criar um regime geral universal. Atualmente existem 42 regimes de aposentadoria na França, porque cada um trata de uma profissão e situação de trabalho diferentes. Com um regime universal, carreiras perigosas ou insalubres seriam tratadas da mesma forma que aquelas em que o sujeito passa o dia no escritório. Os cálculos feitos com base no regime de Macron [há diversos sites que fazem o cálculo a partir dos dados de cada trabalhador], mostram que as aposentadorias podem despencar até mais de um terço do que seriam pelo regime atual.

Frente à grande mobilização dos sindicatos, o ministro da educação, Jean-Michel Blanquer, chegou a enviar um e-mail a todo o corpo docente nacional para tentar convencê-los de que não há nada de errado com a reforma, usando argumentos como o de que nenhum segurado se aposentaria com menos de mil euros, sendo que o salário mínimo é de 1.171,34 euros.

A manifestação da quinta-feira foi uma das maiores da história, e segundo os sindicatos, o movimento deve continuar até que o governo responda às reivindicações dos trabalhadores.

protestos declaravam: “Não ao esmagamento das aposentadorias”, “Nada de jogar com minha aposentadoria. Quero saber quando e com quanto vou me aposentar” e “Quem semeia miséria colhe colera”.

Mesmo diante da amplitude do movimento, o primeiro-ministro, Edouard Philippe, disse que vai manter o projeto que, segundo ele, “vai garantir justiça e solidariedade”.

Na manhã do dia 6, numerosas assembleias de trabalhadores aprovaram o apoio à convocação das centrais sindicais para uma nova greve nacional no dia 10.

Ao participar da convocação à greve e às manifestações, a CGT declarou que o nome certo para a ‘reforma’ de Macron é ‘precarização’.

Segundo a central, Macron quer anular um dos melhores sistemas de aposentadorias: “Em nome do mercado ele ataca o princípio da solidariedade que faz a força da proteção social na França”.

Segundo ainda a central, Macron vai contra “tudo aquilo que diz respeito às questões sociais, incluindo a saúde, fatores que considera como concessões que devem ser reduzidas. O que o atual projeto quer é nos fazer trabalhar mais por uma pensão de caráter aleatório e flutuante”.

“Pensamos o contrário”, finaliza a CGT, “consideramos que a proteção social, a aposentadoria, a saúde, são investimentos que precisam ser desenvolvidos e, se o nosso sistema deve evoluir, não há por que atacar seus fundamentos”.

Alvo da galhofa de líderes da Otan, Trump volta para casa mais cedo

Editor do WikiLeaks: “Caso Julian Assange é o mais grave ataque à liberdade de imprensa”

Em um discurso no Clube Nacional de Imprensa em Canberra, capital da Austrália, o editor do WikiLeaks, Kristinn Hrafnsson, denunciou que a tentativa de enviar o jornalista Julian Assange da Grã-Bretanha para os EUA, onde ele enfrenta acusações sob a Lei de Espionagem e ameaça de prisão perpétua, não passa de uma “nova forma de rendição forçada” – aquela entregue às escondidas, por parte dos governos satélites, dos supostos suspeitos, direto para as mãos da CIA e de seus cárceres negros. “Agora sem um macacão laranja, mas sob a fachada do sistema jurídico do Reino Unido e aparente apoio do governo australiano”.

A presença de Hrafnsson, ocorrida no dia 3, marca um importante avanço quanto à Austrália abraçar a defesa de Assange, um cidadão australiano, apesar de seu governo. E, em particular, de parte dos jornalistas australianos – e nesse aspecto se somando às recentes manifestações de solidariedade de parte das entidades de jornalistas alemã e francesa, assim como de organizações ligadas à liberdade de expressão em dezenas de países.

O editor do WikiLeaks caracterizou a prisão de segurança máxima de Belmarsh, onde Assange está sendo mantido, como um “inferno de privações sensoriais”. Na Inglaterra, é conhecida como a “Guantánamo britânica”.

Kristinn Hrafnsson fala à imprensa em Londres na campanha pela liberdade do jornalista Julian Assange. (Getty Images)

Assange, disse Hrafnsson, “sacrificou tudo para que os denunciantes pudessem iluminar sérias irregularidades, para que o público pudesse entender as verdades sobre o nosso mundo e os princípios da liberdade de imprensa”.

Assange – acrescentou – está sendo perseguido por seu papel como editor e jornalista que expôs guerras ilegais e intrigas de Estado. Ele “não deveria morrer por esses princípios”, afirmou Hrafnsson. “Ele não deve ser torturado, como atestou o especialista em tortura da ONU.”

Trata-se, apontou, de um ataque sem precedentes à liberdade de imprensa que precisa ser contestado por todos os jornalistas e defensores dos direitos democráticos no mundo inteiro.

Como declarou no portal wsws, “o caso de Julian Assange é, em todos os sentidos, o ponto de virada. É o maior e mais grave ataque ao jornalismo e à imprensa livre em décadas, se não 100 anos. Se essa extradição prosseguir, jornalistas de todo o mundo perderão tanto que será muito difícil, se não impossível, recuperar os direitos que tínhamos antes”.

CERCO SE ROMPENDO

O vergonhoso bloqueio de parte do submisso establishment australiano à luta pela libertação de Assange vem sendo quebrado nos meses recentes, através de manifestações e declarações de personalidades como o cineasta John Pilger e da família de Assange, sendo que agora se conseguiu constituir um grupo multipartidário no parlamento australiano em defesa do mais notável denunciante da década, com onze deputados, a cujos co-líderes, presentes, Hrafnsson agradeceu. Andrew Wikie (independente) e George Christensen (Partido Nacional) anunciaram o compromisso de visitar Assange em Belmarsh no início do próximo ano.

Há poucos dias, no principal evento de mídia da Austrália, Walkley Awards, o agraciado do ano, o respeitado jornalista Kerry O'Brien, em seu discurso de agradecimento, havia feito questão de registrar que “enquanto nos sentamos aqui hoje à noite, Julian Assange está em uma prisão britânica aguardando extradição para os Estados Unidos” e exigido do governo australiano que demonstrasse “seu compromisso com a imprensa livre, usando sua influência significativa com seu aliado mais próximo para obter seu retorno à Austrália”. O'Brien lembrou a todos que quem recebeu o Gold Walkley Award de 2011 foi Julian – e pelas mesmas publicações pelas quais os EUA estão tentando extraditá-lo.

Também o ex-primeiro ministro australiano Kevin Rudd passou a considerar que a extradição de Assange para os EUA seria “inaceitável”.

“TRAGAM JULIAN PARA CASA”

O editor também enfrentou a recusa de sucessivos governos australianos, tanto conservadores quanto trabalhistas, em cumprirem sua obrigação constitucional de defender Assange, que é cidadão australiano – e possivelmente hoje o mais conhecido cidadão australiano do planeta –, o que se repete desde 2010. Referindo-se ao primeiro-ministro Scott Morrison, Hrafnsson perguntou: “O que ele fez para levar Julian para casa?”

Na semana anterior, Morrison rejeitou apelo da atriz Pamela Anderson para que seu governo intervenha para bloquear a extradição de Assange e garantir sua liberdade.

Morrison, que tem emprestado credibilidade à farsa judicial perpetrada contra Assange na Grã-Bretanha, cinicamente disse que seu governo não tinha poder para fazer nada além de oferecer “assistência consular” inútil e não especificada.

Alegação covarde prontamente refutada por Hrafnsson, que lembrou precedentes da ação de Canberra em prol de outros perseguidos de nacionalidade australiana. Está na hora de Morrison “defender um cidadão australiano”, exortou o editor atual do WikiLeaks.

“Seu governo tomou medidas para garantir a liberdade de James Ricketson, também de Melinda Taylor, também de Peter Grete”, assinalou.

No caso de Melinda, trata-se inclusive de uma advogada que representou Assange e WikiLeaks, e que foi presa e acusada de espionagem pelo governo instaurado pela Otan na Líbia, após ser enviada pelo Tribunal Penal Internacional para advogar em nome do filho de Muammar Kadhafi e cativo, Saif al-Islam. O então ministro das Relações Exteriores australiano, Bob Carr, viajou a Trípoli para garantir a libertação de Melinda e seu retorno à Austrália.

Leia a íntegra da matéria em www.horadopovo.com.br

foto extraída de vídeo da EuroNews



Em roda com Boris Johnson (Inglaterra) e Macron (França), o canadense Trudeau graceja sobre Trump: “Vocês viram os queixos caídos dos membros de sua equipe”

Intransigência dos EUA inviabiliza negociação com a Coreia Popular

O embaixador da Coreia Popular (Norte, socialista) na ONU, Kim Thae Song, anunciou em comunicado no sábado (7) que seu país retirou a desnuclearização da pauta de negociações com os EUA e que agora não faz sentido “longas conversas” com Washington, cujo governo “está concentrado em sua agenda política interna nas eleições presidenciais de 2020” – além, claro, embora o diplomata haja deixado de citar, do processo de impeachment.

Desde abril, após o fracasso da segunda cúpula Kim Jong Un-Donald Trump, no Vietnã, o líder norte-coreano definiu o final do ano como prazo limite para romper o impasse causado pela intransigência norte-americana – cujos principais pontos consistem na absoluta recusa de aliviar as sanções, especialmente as que atingem drasticamente a população civil, e na exigência de desarmamento unilateral nuclear de Pyongyang.

Prazo que foi reiterado em outubro em Estocolmo, quando os negociadores norte-americanos chegaram de novo de mãos vazias. Em um gesto de boa vontade, em julho Kim havia se reunido na zona desmilitarizada com Trump.

A declaração – que o jornal El País considerou “um soco na mesa” – ocorre também em meio a um tiroteio verbal, cuja iniciativa partiu de Donald Trump, na já célebre cúpula da Otan em que virou alvo de chacota dos parceiros de aliança.

Questionado por jornalistas sobre o impasse com



Kim Song, embaixador da Coreia Popular na ONU

Pyongyang, Trump voltou ao tempo em que tentara apelidar – como é seu hábito, em relação a qualquer oponente – o presidente Kim de “homem foguete”, acrescentando ainda que os EUA poderiam usar “força militar” contra a Coreia do Norte.

A pergunta tinha como referência a advertência, feita nesse mesmo dia pelo vice-ministro das Relações Exteriores norte-coreano, Ri Thae Song, de que “caberia inteiramente aos EUA que presente de Natal escolherá”.

O troco de Pyongyang ao “rocket man” não tardou, com a agência de notícias norte-coreana retomando a qualificação de Trump, dada em 2017, como “dotard”, um termo do inglês arcaico, cuja tradução aproximada é “velho gaga” ou “senil”. Agora, com Pyongyang assinalando “a recada na senilidade do senil”.

Na declaração deste sábado, o embaixador Kim destacou que o “diálogo

sustentado e substancial” que os Estados Unidos estão pedindo é um mero “truque para ganhar tempo”, enquanto se concentra em sua agenda política interna nas eleições presidenciais de 2020.

“Diálogo sustentado e substancial” alardeado com remendo ao estrago já feito, e com a atenuação da crise na península coreana e o diálogo com Kim sendo praticamente o único ponto positivo, para a campanha à reeleição no próximo ano, de uma política externa caracterizada por rasgar tratados cruciais e desencadear sanções, intervenções e guerra comercial.

A intransigência quanto a aliviar parcialmente as sanções draconianas tem o significado claro de que Washington ainda não desistiu de sua estratégia genocida de matar de fome o povo coreano, devastar a economia e fazer o país cair de joelhos.

Matéria completa em www.horadopovo.com.br

Câmara se esforça para concluir impeachment antes do natal

Depois da zombaria em que foi alvo durante recepção no Palácio de Buckingham, a volta para casa de Trump não foi propriamente um descanso para o presidente bilionário, com a Comissão de Inteligência da Câmara aprovando por 13 votos a 9 um relatório de 300 páginas com “avassaladoras” evidências de “conduta imprópria” do mandatário, já entregue à Comissão de Justiça para definição das acusações formais, batendo mais um prego no caixa do impeachment, e garantindo ao não drenado pântano de Washington um Natal para lá de movimentado.

Na abertura dos trabalhos na Comissão de Justiça, os três juristas indicados pelos democratas que controlam a Câmara foram unânimes em asseverar que as evidências sustentam uma acusação de impeachment contra Trump, enquanto o especialista apontado pelo lado republicano insistiu em que as provas são “quase tão finas quanto uma lâmina de silício”.

Conforme o relatório, Trump usou como barganha duas medidas – uma ajuda militar de US\$ 400 milhões



Relatório da Comissão de Inteligência da Câmara cita “fortes evidências de conduta imprópria” de Trump

[que reteve] e um encontro na Casa Branca – em troca das investigações que exigiu da Ucrânia contra “um rival político que ele aparentemente mais temia, o ex-vice-presidente Joe Biden” e sobre que “foi a Ucrânia, não a Rússia, que interferiu nas eleições presidenciais de 2016”.

Acresce ainda que, para benefício próprio, “o esquema do presidente Trump subverteu a política externa dos EUA em relação à Ucrânia e minou nossa segurança nacional”.

Os republicanos da Câmara divulgaram um relatório próprio de 123 páginas no qual acusam “burocratas não eleitos” – e

que “discordam fundamentalmente do estilo, da visão de mundo e das decisões do presidente” – de depoimento contra Trump. E no qual asseveraram não haver qualquer prova de “suborno, extorsão ou qualquer alto crime ou contravenções” – as ofensas à Constituição passíveis de impeachment.

Segundo eles, “não há nada inerentemente errado” nas ações do governo Trump na Ucrânia, incluindo o envolvimento direto do advogado pessoal do presidente, Rudy Giuliani, nem quanto a perguntar sobre a corrupção do filho de Biden, Hunter, na empresa de gás Burisma.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

A Cúpula dos 70 anos da Otan em Londres ficou marcada pela pressão dos EUA para aumentar a cota dos países e, principalmente, pela zombaria pelas costas de Trump no Palácio de Buckingham

Uma zombaria sobre ele, flagrada por uma câmera de tevê durante a recepção no Palácio de Buckingham aos líderes da Otan, aparentemente irritou tanto o presidente dos EUA, Donald Trump, que ele decidiu cancelar a conferência de imprensa prevista para depois do gran finale da cúpula pelos 70 anos, que decidiu voltar mais cedo para Washington.

“Quando as reuniões de hoje terminarem, voltarei a Washington. Não daremos uma conferência de imprensa no final da OTAN porque fizemos tantas nos últimos dois dias”, asseverou pelo Twitter.

A hilária cena continua repercutindo, com mais detalhes destacados nas redes sociais.

A nem um pouco discreta curtição em cima do vexame de Trump está no vídeo divulgado pela EuroNews (https://www.youtube.com/watch?time_continue=7&v=m4jTdwjWNtg&feature=emb_logo)

Era uma roda com a fina flor dos líderes ocidentais, com o presidente francês Emmanuel Macron, os primeiros-ministros Boris Johnson (Grã Bretanha), Mark Rutte (Holanda) e Justin Trudeau (Canadá), além da princesa inglesa Anne.

Tudo começa quando Trudeau faz um comentário sobre “uma conferência de imprensa de quarenta minutos”.

Depois disso, Johnson diz a Macron: “Foi por isso que você se atrasou?”

O primeiro-ministro holandês Rutte ri e diz “fake News”, termo usado frequentemente por Trump sempre que não gosta da notícia.

“Acabei de ver a equipe dele de queixo caído no

chão”, emenda Trudeau.

Naturalmente, o que estava em baila na rodinha no palácio não era o suposto exagero de Trump na duração das conferências de imprensa, mas o pega pra capar com Macron sobre a “morte cerebral da Otan” e sobre a elevação da taxa de ocupação – que Trump quer cobrar para manter as tropas americanas nos países europeus – para módicos 2% do PIB de cada um.

Parece que Trump está inconsolável porque a zombaria prejudica sua pose de mau, ainda mais numa hora como essa em que os democratas se assanham por seu impeachment e a guerra comercial tem futuro incerto.

Só faltou Trump tuitar que “bullying não pode”, mas até chamou Trudeau de “duas caras” durante uma reunião bilateral com Angela Merkel.

Os flagrados estão fazendo a maior cara de paisagem. Trudeau disse que seu comentário fora de que a conferência de imprensa teria sido “notável” e que o assunto em voga era o local da próxima cúpula do G20, no próximo ano, prevista para Miami.

Aquela na qual o solícito Trump chegou a oferecer um clube de luxo de sua propriedade como sede.

Macron não comenta nada, nem morto.

Já Boris Johnson, quando questionado sobre a conversa, disse que não sabia a que repórteres estavam se referindo e disse que era um “absurdo completo” sugerir que eles não levavam Trump a sério.

Em tempo: a cúpula foi concluída com uma altisonante declaração sobre a “unidade da Otan”. A.P.

Diagnóstico de “morte cerebral” causa frenesi na cúpula da Otan

A cúpula dos 70 anos da Otan chega ao fim na quarta-feira (4) tendo como principal destaque o encontro entre os presidentes Emmanuel Macron, da França, e Donald Trump, dos EUA, sobre a “morte cerebral” da aliança agressiva, anunciada pelo francês no mês passado.

Macron, na cara de Trump, reafirmou seu diagnóstico, enquanto o presidente norte-americano dizia que as declarações do presidente francês haviam sido “muito, muito desagradáveis e desrespeitosas”, acrescentando logo depois a qualificação de “muito insultantes”.

Trump também xingou de “delinquentes” os países da Otan que seguem resistindo ao aumento que decretou do pagamento pela ocupação, que ele exige que seja de 2% do PIB (claro que para gastar em armas de fabricação norte-americana, senão, qual é a graça que tem?). “Não é correto tirar proveito da OTAN e também tirar proveito do comércio, e é isso que acontece. Não podemos deixar que isso aconteça”, insistiu o bilardiário.

Ele ainda asseverou que “ninguém precisa mais da Otan que a França”. Declaração que deve ter feito o grande De Gaulle se remexer no mausoléu.

Criada para “manter os americanos dentro; os russos, fora; e os alemães por baixo”, na clássica definição, a Otan vê sua crise se agravar diante dos gestos de Trump de exigir que os países europeus paguem mais pela ocupação por tropas e bases ianques e de rasgar o Tratado INF, que desde 1987 banira do

teatro europeu os mísseis nucleares de alcance curto e intermediário que mantinham as capitais europeias a não mais que minutos da hecatombe nuclear.

Na célebre entrevista à revista The Economist de novembro, o presidente Macron havia apontado que a atual atitude dos EUA – sob Trump, evidentemente – havia colocado a Europa “à beira do precipício” e levado à necessidade de que os europeus tivessem uma política de defesa própria, voltasse a atuar como uma potência geopolítica independente e que reiniciasse o diálogo com a Rússia.

Nas palavras de Macron, “o que estamos experimentando é a morte cerebral da OTAN”.

O bate-boca continuou, agora no terreno econômico, com Trump atacando Paris pelo recém criado imposto sobre serviços digitais, o que, para Trump, discrimina empresas dos EUA, como o Google, a Apple, o Facebook e a Amazon, que deveriam poder manter sua atual evasão fiscal impunemente.

Na segunda-feira, o representante americano para o Comércio disse que os EUA vão retaliar e impor tarifas em produtos como queijo e vinho. A resposta veio do ministro das Finanças da França, Bruno Le Maire, que chamou a ameaça norte-americana de “inaceitável”, e alertou que, “em caso de novas sanções norte-americanas, a UE estaria disposta a respondê-las”. Há ainda o imbróglão sobre os subsídios à Boeing e à Airbus.

Leia a matéria completa em www.horadopovo.com.br

Mostra Mosfilm de Cinema Russo se consagra no panorama cultural de SP

Em sua 6ª edição, a mostra foi aberta no dia 4 com o clássico "A Balada do Soldado", seguido de grande recepção. A mostra encerra sua programação nesta quarta-feira elogiada pela crítica e pelo público. O amplo panorama do cinema russo e soviético apresentado lotou as 29 sessões nas salas do Espaço Itaú de Cinema da rua Augusta e no SPCine Olido, no centro da capital paulista

Na noite de quarta-feira (4), o Espaço Itaú Cinema da Rua Augusta recebeu a abertura da 6ª Mostra Mosfilm de Cinema Russo. Centenas de espectadores lotaram a sala de cinema para acompanhar a sessão de "A Balada do Soldado", que deu início à mostra.

O presidente da UMES, Lucas Chen, celebrou a nova edição da consagrada mostra, que já caiu no gosto do público paulistano e é elogiada pela crítica por apresentar um amplo panorama do cinema soviético e russo.

"É uma grande honra para nós da União Municipal dos Estudantes Secundaristas realizar mais uma vez este evento, que têm sido sucesso de público e crítica", disse Lucas Chen ao saudar o público. A 6ª Mostra Mosfilm de Cinema Russo é uma parceria entre o Centro Popular de Cultura da UMES - CPC-UMES Filmes, o Itaú Cinemas e o SPCine.

O Cônsul Geral da Federação da Rússia em São Paulo, Yuri Lezgintsev, compareceu à abertura da Mostra Mosfilm e agradeceu a presença de todos os que apreciam a cinematografia do país.

"Sinto muito prazer em poder participar da abertura da Mostra Mosfilm de Cinema Russo, que já é realizada pela sexta vez consecutiva. Como é sabido, o Mosfilm é o maior estúdio de cinema da Rússia e um dos maiores da Europa e seus trabalhos incluem sucessos da época da União Soviética e da Rússia Contemporânea. Esta mostra apresenta uma série de filmes que nos são muito queridos, que retratam os vários aspectos da vida cultural da Rússia", destacou o Cônsul.

O diretor geral do Estúdio Mosfilm, Karen Shakhnazarov, enviou carta cumprimentando a realização da 6ª Mostra de Cinema Russo: "Apreciamos muito vosso compromisso com a divulgação do cinema do Mosfilm no Brasil, e desejamos que a parceria entre a UMES e nosso Estúdio evolua com sucesso no futuro", destaca a carta do diretor geral do Estúdio Mosfilm.

NOVOS LOCAIS

Valério Bemfica, presidente do Centro Popular de Cultura da UMES - CPC-UMES, agradeceu aos novos parceiros que possibilitaram a realização da Mostra: Espaço Itaú de Cinema, na pessoa de seu diretor, Adhemar de Oliveira e a SPCine na pessoa de sua Diretora-Presidente, Lais Bodanzky.

Valério relembrou que nas edições anteriores, a Mostra foi realizada em outro local. "Este ano, infelizmente, por motivos que não vou declinar aqui, mas que vocês podem imaginar, os antigos parceiros faltaram".

As edições anteriores foram realizadas na Cinemateca Brasileira, órgão ligado ao governo federal que, desde a troca da gestão por Bolsonaro, deixou de apoiar iniciativas como a Mostra Mosfilm. Em vídeo recente, o deputado Castello Branco (PSL), anunciava a realização de uma mostra de cinema militar na instituição e que o local seria de combate ao "marxismo cultural".



"Felizmente uma característica o 'povo do cinema' no Brasil sempre teve: a solidariedade. Diante dos imprevistos, é só olhar para os lados e há mãos estendidas. E foi o que aconteceu: se o local tradicional não quis nos receber, as mãos do Ademar e da Lais, do Espaço Itaú de Cinema e da SPCine, estavam estendidas", destacou Valério.

"Graças a gestos como este nossa Mostra continuará acontecendo, outras mostras continuarão vivas, filmes seguirão sendo feitos, festivais terão sequência, enfim, o cinema brasileiro seguirá vivo e pujante. Para a tristeza de alguns poucos, mas para a alegria do povo brasileiro", concluiu.

ALTA RECEPTIVIDADE

Desde o início da 6ª edição da Mostra Mosfilm a receptividade do público que lotou as 29 sessões de exibição para assistir os 12 filmes russos chamou atenção. Durante os dias da Mostra foi comum reconhecer pessoas nos corredores que "maratonaram", assistindo dois ou três filmes a cada dia.

É o caso de Wilma Martins, professora de Biologia que conheceu a programação da Mostra por meio de um panfleto entregue na USP.

"Estou gostando muito! Ontem eu assisti 'A Flor de Pedra' e achei maravilhoso. Na sexta-feira, assisti 'O Comunista', 'O Mensageiro' e 'Aluga-se uma casa com todos os inconvenientes', todos muitos bons e também bastante variados, alguns sérios, dramáticos, filmes de guerra... Mas também os cômicos e os musicais, todos muito lindos", disse a professora.

Ela chamou atenção ainda para a qualidade das trilhas sonoras. "Os filmes são mesmo surpreendentes", destacou.

"Está incrível, é a primeira vez que participo da Mostra e estou adorando", disse Ana Carolina Domingues.

"Eu vim da periferia de São Paulo e é muito importante ter oportunidade de conhecer outra cultura diferente dos filmes americanizados que estamos acostumados", destacou a estudante, que assistiu seis filmes da Mostra no SPCine Olido.

Professora de Filosofia da Universidade de São Paulo, Maria José F. Adeza, ficou emocionada com a apresentação de "Spartacus", a versão de Yuri Grigorovich, de 1975, com o Balé Bolshoi. "Aquele balé é realmente impressionante".

"A Mostra é excelente. Primeiro por prestigiar este espaço do Cine Olido com filmes de ótima qualidade. Isso é São Paulo no seu melhor", disse.

Segundo ela, as comédias também merecem destaque. "Leves, divertidas e inteligentes. É um cinema muito bem feito, que é popular e erudito ao mesmo tempo", pontuou.



o filme "O Comunista", dirigido por Yuli Raizman, foi aplaudido de pé em sua apresentação no dia 6. Na quarta-feira (11) o filme será reapresentado no Espaço Itaú, na Rua Augusta, às 19h. Menção Honrosa no Festival de Veneza

Foto: Simão Salomão



Público na abertura e, ao lado, Yuri Lezgintsev, Cônsul Geral da Rússia em SP, e Lucas Chen, presidente da UMES-SP

"Stalker", obra-prima de Tarkovsky, encanta os amantes do cinema autoral e artístico

O público de São Paulo lotou as duas sessões de 2 horas e 40 minutos do emblemático "Stalker" (1979), escrito e dirigido pelo diretor soviético Andrei Tarkovsky. O longa é parte da programação da 6ª Mostra Mosfilm de Cinema Russo - organizada pelo CPC-UMES Filmes e que este ano ocupou as salas do Espaço Itaú Unibanco na Rua Augusta e do Cine Olido, no centro da capital paulista.

A narrativa complexa e aberta a interpretações intermináveis cativa espectadores pela oportunidade de ver o filme - ganhador do Prêmio Especial do Júri do Festival de Cannes de 1980 - projetada em escala cinematográfica. Stalker é aclamado pela experiência visual e estética, aspecto comum da cinematografia do soviético que dirigiu Solaris (1971), O Espelho (1975), A Infância de Ivan (1962), entre outros.

O oitavo filme de Tarkovsky é tido como sua obra-prima e é referência do cinema autoral e artístico contemporâneo, mas herdeiro da tradição cinematográfica soviética, considerada uma das mais importantes do mundo.

Os ingressos a preços popu-

lares foram disputados por um público de cinéfilos e espectadores fiéis à programação da mostra. Para a segunda sessão do filme no último domingo (08), os ingressos estavam esgotados quatro horas antes da exibição.

Diego Migliorini, de 28 anos, soube da mostra por amigos e pegou um dos últimos assentos disponíveis para a sessão de sexta-feira a noite, embora tenha chegado ao Espaço Itaú com 1h30min de antecedência.

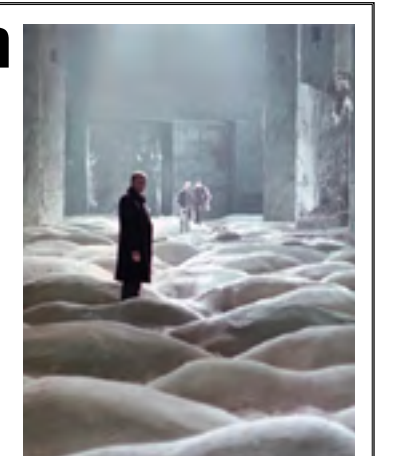
"Já esperava que fosse lotar quando vi na programação, isso pelo que Tarkovsky apresenta pro cinema russo e mundial. Uma das coisas mais elogiáveis dessa mostra foi trazer esse filme para uma sala de cinema em São Paulo. É um filme clássico e que a maior parte das pessoas da minha geração não tiveram oportunidade de ver. É singular, extremamente bonito e contemplativo, feito para ser visto na tela de um cinema", disse.

"Stalker parece menos importante pelo que conta e mais pelo que mostra. Não há sequer um daqueles demorados planos que não tenham a composição de uma fotografia. As imagens são muito bonitas", disse Luana Teixeira, que acompanha a mostra desde a primeira

edição. "Mas cansativa a nossa constante tentativa de encontrar as conexões, estabelecer referências. Acho que não teria visto se não fosse no cinema, a experiência não teria sido tão completa", Luana viu ainda "A Balada do Soldado" na abertura e espera pegar as sessões de "Volga Volga" e "A Prisioneira do Cáucaso".

Jefferson Bittencourt é fã de cinema, soube da sessão do filme de Tarkovsky um mês antes e se programou para chegar cedo.

"Ouvia falar do Stalker como um clássico que valia a pena ser assistido. Embora a dificuldade de acompanhar a história, você sai pensando muito sobre as questões filosóficas que o filme levanta", disse. "Conhecer um pouco do cinema russo e soviético despertou um interesse gigante e estou correndo atrás de outros filmes. Gosto muito do gênero de guerra e acho que os filmes oferecem um retrato muito mais realista sobre os acontecimentos históricos do que filmes americanos do mesmo gênero; São também mais sensíveis", afirmou Luana após ter saído da sessão e adquirido dois DVD's do estúdio Mosfilm distribuído pelo CPC Umes-Filmes: Vá e Veja e Tigre Branco.



Filme é aclamado pela experiência visual e estética

Maria Thereza Alcântara não considera Stalker um filme de ficção científica. "Eu não acho. Aho um tratado filosófico e poético sobre a esperança. Não vi como uma ficção científica. O que mais me impressionou foi o diálogo deles, um jeito tão diferente de ser, de pensar, nos mostra bem uma cultura diferente; achei bem diferente o filme".

Sua filha, Patrícia Alcântara Santos, também elogiou a exibição. "Sou apaixonada por esse filme. Pra falar a verdade eu não entendo muito o significado dele; eu já assisti umas 5 ou 6 vezes e ainda é uma coisa muito incerta na minha cabeça, ainda não encaixou tudo. Eu gosto da poética dele".